



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 24 de fevereiro de 2023

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **1. – Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **2. – Período da Ordem do Dia:**-----

----- **2.1** Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei;-----

----- **2.2** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Prorrogação do Prazo para Aceitação das Competências na Área Social – Alteração do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto;-----

----- **2.3** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração Modificativa n.º 1;-----

----- **2.4** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da Nova Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Águeda;-----

----- **2.5** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal;-----

----- **2.6** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Compensação Financeira às Associações/Juntas de Freguesia do Concelho, para Realização de Transportes no âmbito das Atividades da Autarquia;-----

----- **2.7** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda aos Contratos Interadministrativos para a Manutenção de Rede de Percursos Pedestres do Concelho;-----

----- **2.8** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 340/2021, celebrado com a Junta de Freguesia de Fermentelos para Implementação dos Projetos do Orçamento Participativo de Águeda;-----

----- **2.9** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Macinhata do Vouga;-----

----- **2.10** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Valongo do Vouga;-----

----- **2.11** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 379/22, celebrado com a União de Freguesias de Águeda e Borralha;

----- **2.12** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- **2.13** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 368/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel; -----
- **2.14** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 369/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel; -----
- **2.15** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira;-----
- **2.16** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira;-----
- **2.17** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão;-
- **2.18** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba;-----
- **2.19** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias do Trofa, Segadães e Lamas do Vouga;-----
- **2.20** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolos para a Atribuição de Apoios a Freguesias/União de Freguesias para a Aquisição de Máquinas, Viaturas e Equipamentos; -----
- **2.21** Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----
- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----
- José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----
- José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;-----
- Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT;-----
- Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----
- Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----
- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP;-----
- Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;-----
- Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----
- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Hermínio da Conceição Marques Guapo – PS;-----
- Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----
- Rui Miguel Pires Moreto – CDS-PP;-----
- Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----
- Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----
- Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----
- Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----
- Olívia de Sousa Passos – CDS-PP;-----
- António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----
- Gisela Valente Pinheiro – PPD/PSD.MPT;-----
- Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----
- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/Unões de Freguesia (PJF):** -----
- Albano Marques de Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----
- Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----
- João Marques Pitau – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----
- António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga; -----
- Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----
- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----
- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
- Luís Filipe Tondela Falcão - PJ de Valongo do Vouga. -----
- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
- Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
- Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora; -----
- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----
- Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----
- Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora; -----
- Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS-PP – Vereador; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- O **Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes: -----

----- “Boa noite a todos. Vamos dar início à primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três. Antes de mais permitam-me que cumprimente e saúde as Sras. Secretárias da mesa, os Srs. Deputados Municipais aqui presentes, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, os senhores presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, também ao público aqui presente, a todos os que nos veem nas plataformas online, funcionários da Autarquia e as Sras. Técnicas de linguagem gestual também. Os meus cumprimentos. Não esquecendo também por agradecer aos funcionários do Município que colaboram na preparação desta Assembleia, tal como na resolução e obtenção dos meios necessários para que tecnicamente seja esta sessão possível e realizada no dia de hoje, bem como transmitida pela Águeda TV.”-----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Começo por vos dar nota das comunicações recebidas, mais concretamente relativamente às ausências e respetivas substituições e nessa medida, foi-me comunicada a indisponibilidade do Sr. Deputado José Miguel Ramos Tendeiro e em sua substituição está o Sr. Deputado Gabriel Oliveira Marques Arsénio; a Sra. Deputada Ana Rita Antunes Pereira e em sua substituição está o Sr. Deputado Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; a Sra. Deputada Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa e em sua substituição está o Sr. Deputado Hermínio da Conceição Marques Guapo; também me foi comunicado agora que não está o Sr. Deputado Gabriel Duarte Pires e em sua substituição o Sr. Deputado Gabriel Alexandre Abrantes de Almeida, ainda não presente.-----

----- Seguidamente, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** prestou a seguinte homenagem: -----

----- “Permitam-me antes de mais e antes de iniciar ou passar, aliás, para a intervenção do público, que no dia de hoje me seja possibilitada aqui uma pequena intervenção porque de facto estamos a assinalar, e eu julgo que a nível nacional todos vamos tendo conhecimento de que este dia é um dia de sinalização, embora pelos maus motivos. Faz hoje um ano que iniciou a guerra na Ucrânia, e de alguma forma nós também, Assembleia Municipal de Águeda, não deveremos deixar de passar este mau acontecimento, vamos dizer assim, e eu gostava aqui de dar apenas umas pequenas palavras para ficar registado obviamente para sempre. Ora, permita-me então em nome da Mesa e certamente de todos os membros que compõem esta Assembleia manifestar, uma vez mais, a nossa maior solidariedade e partilha de dor com o povo ucraniano. -----

----- “Neste dia que se assinala um ano que a Rússia a coberto de uma alegada operação militar especial invadiu a Ucrânia, mas que na verdade constitui uma deliberada consciente, terrível e vil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

forma de um Estado infligir a outro uma guerra pela força das armas e do suposto poderio militar desigual, com vista a atingir a soberania e independência do outro, não podemos deixar de assinalar, ainda que de forma simbólica mas de pura compaixão, o terror que aquele povo é diariamente submetido.-----

----- O mundo revela-se cada vez mais assenhorado de ditadores, de egocêntricos desprovidos dos reais valores da vida, mas não menos verdade é que quando tais ditos senhores da guerra e do egocentrismo se revelam, os povos vão respondendo com o maior dos altruísmos do ser humano. Estamos a falar da solidariedade, da compaixão, a entreaajuda que serão sempre, sempre os pilares da continuação da humanidade. -----

----- Ainda assim, milhares de mortes sem justiça imediata, mães, pais e filhos, que todos os dias são expostos à mais terrível dor da perda e que os dias vindouros jamais apagarão. Um povo dilacerado por um ano de guerra que não poupa ninguém, que levou a um dos maiores êxodos de refugiados na Europa mas que prontamente grande parte do Mundo se apresentou de imediato a acolher, incluindo o nosso país, incluindo o nosso Concelho.-----

----- A sociedade necessita cada vez mais de elevar os seus valores de humanidade, este conceito tão forte e aglutinador que jamais pode ser posto em causa. Somos muito mais capazes do que aquilo que fazemos, somos o que resta de esperança de tantas gerações futuras e a cada um de nós cabe a responsabilidade de ser cada vez melhor pessoa. Jamais o mal vencerá o bem, jamais os oprimidos ficarão sem defensores, jamais os fortes vencerão os fracos e dentro desta simbologia vamos todos pensar e dizer de facto bem alto: viva os estados livres, viva a democracia, viva a Ucrânia. Muito obrigado a todos.”-----

----- Passemos então à intervenção do público, isto antes do período de antes da ordem do dia e para o público aqui presente a minha saudação também, agradecer a vossa presença, é sempre para nós algo de muito positivo estas Assembleias serem assistidas não só pelas vias telemáticas mas também de forma direta por vós. Começo por perguntar se algum de vós quer intervir e se assim o desejar apenas deve se dirigir ao púlpito e identificar-se através do seu nome e de onde vem. Pergunto se alguém quer tomar da palavra do público? Faz favor.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **Munícipe Ângelo Reis:** -----

----- “Boa noite. Ângelo Estima de Reis, Freguesia de Espinhel, Lugar da Piedade. Boa noite Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente do Executivo, Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta e de Uniões de Juntas de Freguesia, público, Águeda TV, comunicação social não temos. O que me traz aqui hoje, pensando nesta casa, mesmo nesta casa, na última Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

eu estive cá e quando me desloquei lá em cima dei um toque involuntário numa das câmaras que faz a filmagem. Acho que estamos numa era tão tecnológica que não faz sentido ter uma câmara que está a ocupar meio espaço de passagem das pessoas, outra câmara que ocupa meio espaço da passagem das pessoas, câmaras móveis penduradas em cima, acho que não estamos no tempo de ter esta disposição de audiovisual. Sinceramente este é um reparo que eu estou a fazer porque acho mesmo que está mal. Façam o que quiserem, pensem o que quiserem, é a minha opinião e não é só a minha opinião, falei com várias pessoas antes de aqui vir. -----

----- A segunda é também referente a esta casa, e como nós na última Assembleia tivemos a infelicidade, penso que aquele senhor é o Gabriel Arsénio, certo? Teve um desmaio e cair literalmente de costas para trás, desamparado, eu peço às pessoas que ao passarem lá em cima temos quarenta centímetros de varandim, coisa que não é permitido em casa de nenhum de nós, onde se houver um desmaio a pessoa cai em baixo e cair cá em baixo é muito pior do que cair aqui e um dia põem todas as mãos na cabeça e dizem assim “mas nunca ninguém se lembrou disto?” eu não quero ser aqui um instituto da desgraça, mas que isto pode acontecer pode. E é mau, numa casa que se diz que tem que ter segurança. E que nós sabemos que em nossas casas por quatro centímetros, por cinco centímetros de mais alto, de mais baixo num varandim é chumbado pela Câmara. Temos que dar o exemplo, estamos na casa do exemplo, é aqui que tem que se começar. Este varandim, e desde a primeira vez que eu cá vim que reparei isto, isto já vai há uns quinze, vinte anos. Acho que é desnecessário.-----

----- Terceiro ponto, iluminação. Iluminação pública. Saída da IC 2, Águeda Sul, Águeda Norte, setenta e cinco a oitenta por cento das luminárias estão apagadas. Já falei nisto aqui há quatro anos, continuam todas na mesma situação, eu queria saber o porquê, que me explicassem o porquê de elas não serem reparadas. Se isto é que é o tal sistema de poupança de energia, noventa por cento ou oitenta por cento apagadas e dez a funcionar. Para isso não se punham lá as luminárias que não eram necessárias. E agora para terminar, uma breve questão só. Hoje vai ser aqui votada a desagregação da Junta de Freguesia, da União de Freguesias de Recardães Espinhel, eu como de Espinhel, e tenho ali os meus colegas que são de Espinhel e outros de Recardães, não vamos aqui mencionar as nossas histórias, que são diferentes, vamos só mencionar uma coisa, é que voltemos ao que estávamos porque fomos obrigados a unir-nos, não quisemos, fomos contra e agora queremos que nos façam a nós o que fizeram com outras Assembleias de Freguesia e Uniões de Freguesia. É só isto que eu peço, nada mais por hoje, muito obrigado e boa noite.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Ângelo. Mais alguém do público que queira intervir? Sr. Presidente quer usar do seu direito de resposta?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente sim. Boa noite a todos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal os meus cumprimentos, excelentíssimas secretárias, Srs. Vereadores, senhores membros desta Assembleia, público que está aqui e que nos segue em casa através do Águeda TV, comunicação social se estiver presente. Eu agradeço a chamada de atenção, naturalmente que este edifício e esta sala têm muitos anos já e fico muito agradecido pela chamada de atenção porque efetivamente pode alguma coisa não estar de acordo. A questão das câmaras efetivamente nós estamos numa Assembleia Municipal que é transmitida e, portanto, tivemos que colocar estes dispositivos num edifício que tem esses anos todos e que não tem os sítios corretos para os colocar. Não é nosso objetivo estar a privar a visão de alguém, eu penso que mais ninguém está realmente privado de ver nem mesmo o Sr. Ângelo Reis, mas de qualquer forma vamos ver o que é que conseguimos melhorar.”-----

----- Relativamente à questão das luminárias apagadas eu queria-lhes dizer, e só para termos um bocadinho de noção das coisas, aqui há uns anos, eu diria que por volta do ano de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, dois mil e catorze, por aí, houve uma subida dos seis por cento para os vinte e três por cento do custo da energia e nessa altura, a Câmara Municipal na altura, eu fazia parte dessa Câmara Municipal com o Dr. Gil Nadais, decidiu mandar apagar muitas luminárias e colocar aquele selo a dizer “por indicação da Câmara Municipal estão apagadas”. Muitas das que foram apagadas foram as do nó do IC2. Eu queria-lhe dizer que entretanto o valor da energia como todos nós sabemos subiu drasticamente mas nós estamos a colocar luminárias de leds em todo o Concelho, estamos a fazê-lo paulatinamente mas estamos a correr e a tentar percorrer o Concelho todo e estamos a religar sistematicamente todas as que foram apagadas. Havemos de lá chegar , quando chegarmos ao IC dois havemos de lá chegar também e estamos a compensar esse tal aumento de custo com a eficiência das luminárias LED, como toda a gente sabe e compreenderá não conseguimos fazer tudo de uma vez até porque temos cerca de vinte e cinco mil luminárias no Concelho e, portanto, estamos a fazer num ritmo bastante acelerado, eu diria que estamos neste momento já com cerca de sessenta por cento das luminárias substituídas mas ainda faltam quarenta por cento. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem Sr. Presidente. Cumprido o período de intervenção do público, passamos então ao período antes da ordem do dia. -----

-----A Mesa recebeu aqui já duas moções, a primeira apresentada pelo Grupo Municipal PPD/PSD.MPT e outra também pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. Para intervenção no período antes da ordem do dia eu vou fazer a recolha das inscrições e, entretanto, julgo eu, que começaremos por apresentação destas moções. Sr. Presidente da Junta de Macinhata, Pedro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Marques, Sr. Deputado também, José Vidal, e depois a Dra. Olívia Passos, muito bem. Sr. Presidente da Junta de Macinhata, por favor.-----

----- MOÇÃO -----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga:**-----

-----"Muito boa noite Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, caros colegas Presidentes de Junta, público que nos assiste aqui, também público que nos assiste pela Águeda TV. Eu antes de apresentar a moção, é uma moção relacionada com a saúde, vou tecer só duas ou três palavrinhas em relação a isto porque é uma questão que me diz muito, desculpem, é uma questão que me diz muito até pela área profissional que exerço e pela formação académica que tenho, mas sobretudo porque sou Presidente de Junta. E o Presidente de Junta é o cargo menos político que há dentro da política porque é um cargo sobretudo Executivo. Executivo porquê? Porque nós Presidentes de Junta, e perdoem-me se eu estou a falar também pelos meus colegas, nós Presidentes de Junta tomamos todos os dias café com quem nos elege. E quem nos elege e quem toma café connosco todos os dias nos apresenta todos os dias problemas, todos os dias vos apresenta os seus problemas. E o problema maior do Presidente de Junta é não conseguir resolver os problemas que nos apresentam. Às vezes o Presidente de Junta é desviado por questões políticas e é desviado o seu pensamento. O seu pensamento, a sua disponibilidade mental é desviada para assuntos que efetivamente nem valem a pena. O que nos vale a pena, o que nos preocupa a nós é resolver o problema das pessoas que chegam ao pé de nós e que nos colocam efetivamente os problemas. Neste caso, todos os dias, quando chego ao café para tomar o pequeno almoço a pergunta é sempre a mesma: "então Sr. Presidente quando é que nós vamos ter médico de família? Então Sr. Presidente, eu preciso de uma consulta e não a consigo marcar". É isto que nos preocupa e é um dos problemas que nós não conseguimos resolver. Nesse sentido, eu vou apresentar aqui uma moção, que já foi entregue à mesa, e vou ler então a moção convidando depois naturalmente as restantes bancadas que estão representadas na Assembleia subscreverem a moção se assim o entenderem. Então, é o seguinte, versa o seguinte e diz o seguinte: -----

----- **POR UMA SAÚDE PRÓXIMA E CENTRADA NAS PESSOAS** -----

-----As dificuldades de acesso aos cuidados de saúde têm marcado a agenda pública ao longo dos últimos anos, resultando em manifestos prejuízos para as populações. Esta é uma realidade que afeta as diferentes dimensões de atuação do Sistema Nacional de Saúde (SNS) e que se estende ao longo do território nacional, não sendo, portanto, um fenómeno exclusivo do Concelho de Águeda.---

----- No entanto, a suas expensas, o Município de Águeda empenhou-se financeiramente em contribuir para a capacitação da urgência do hospital de Águeda e tem vindo a construir e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

requalificar Unidades de Saúde, por forma a assegurar a existência de infraestruturas preparadas para a prestação de cuidados de saúde primários, próximos das populações. No conjunto de intervenções realizadas ao longo dos últimos anos já foram investidos mais de três milhões de euros.-

----- Desta forma, o Município de Águeda, que tem a maior extensão territorial do distrito de Aveiro, tem encarado a prestação dos cuidados de saúde primários como uma prioridade, assente no entendimento de que a eficiência de um sistema de saúde se mede pela sua cobertura geográfica e pela capacidade de prevenir e detetar precocemente a doença. -----

----- Os cuidados de saúde de proximidade são, por isso, cruciais para a saúde e o bem-estar das comunidades locais. Permitem retirar pressão às urgências hospitalares e são especialmente importantes, sobretudo em zonas rurais e mais isoladas, distantes dos centros urbanos, onde habitam maioritariamente pessoas idosas, sem familiares próximos e sem acesso a soluções de mobilidade que permitam deslocações a serviços de saúde distantes. -----

----- Mas, apesar do empenho do Município de Águeda fazer o que se encontra ao seu alcance, melhorando as condições infraestruturais, quer para reforçar a capacidade de fixar profissionais de saúde, quer para garantir o acesso próximo das populações aos cuidados de saúde, continuam a persistir, sistematicamente, vagas de médicos de família por preencher.-----

----- As Autarquias locais são o nível de administração pública que mais próximo se encontra das populações e, de entre os Autarcas, os Presidentes de Junta são aqueles que mais frequentemente se veem confrontados com o descontentamento e preocupação das populações que não têm médico de família atribuído ou que são forçadas a percorrer vários quilómetros para uma consulta em outra Unidade de Saúde que não a mais próxima do local onde moram. -----

----- No Município de Águeda estão por preencher seis vagas de médicos de família: Três na UCSP Águeda I, que compreende atualmente os polos de Valongo, Macinhata, Trofa, Segadães e Lamas; Um na USF Águeda + Saúde, na sede de Concelho; Um na UCSP Águeda III, no Polo de Fermentelos, atualmente encerrado por baixa do único médico de família atualmente em funções; e um na UCSP Águeda V, no polo de Barrô. Nesta última unidade também se encontra um polo encerrado, na Borralha, mas por ausência do funcionário administrativo colocado, encontrando-se o atendimento aos utentes a ser realizado em Aguada de Cima. -----

----- Aos números referidos acrescem dificuldades no agendamento da consulta em diferentes Polos onde se encontram médicos de baixa. Assim, no global, se considerados os ficheiros a descoberto e ausência da resposta derivada das baixas médicas, estimam-se cerca de dez mil utentes privados de médico de família.-----

----- Os profissionais de saúde dedicados aos cuidados primários, de proximidade, contribuem para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

prevenção da doenças crónicas, asseguram a continuidade dos cuidados, acompanhando o histórico do utente e contribuem para uma redução de custos no acesso a cuidados de saúde, evitando o recurso às urgências e hospitalizações por condições evitáveis. -----

----- Consciente das dificuldades e anseios das populações, a Assembleia Municipal de Águeda, reunida a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, recomenda: -----

----- 1. A continuidade da política de reforço das condições de atividade e fixação de médicos de família, através do investimento do Município na melhoria das infraestruturas dos polos dedicados à prestação de cuidados de saúde primários, próximos das populações; -----

----- 2. A realização de diligências, junto das autoridades competentes, para que sejam realizados os concursos necessários ao preenchimento das vagas em aberto, sendo também consideradas as necessárias à substituição dos médicos que se encontram prestes a atingir a idade da reforma; -----

----- 3. Que sejam enviados esforços junto do ACeS do Baixo Vouga para que a contratualização excecional com médicos de família reformados que se encontram disponíveis a permanecer no ativo seja mais célere;-----

----- 4. A retribuição dos investimentos realizados pelo Município nas infraestruturas das Unidades de Saúde e do Hospital, que permitiram desonerar o Estado central, a quem se deve exigir a colocação dos recursos humanos e equipamentos necessários ao seu funcionamento na prestação de um serviço regular e continuado, adequado às necessidades das populações.-----

----- Está aqui a moção que, portanto, se nos quiserem acompanhar os restantes grupos parlamentares, os restantes Grupos Municipais, se quiserem acompanhar-nos pois teremos todo o gosto em que fosse reforçado este pedido. Peço-vos uma vez mais no facto de ser um profissional de saúde que cada um de vós, Assembleia Municipal, seja arauto junto de quem entenderem para que esta situação seja efetivamente resolvida. Junto da bancada do Partido Socialista, que está mais próxima do Governo, peço-vos, não é política o que eu estou a fazer, isto é um caso grave, se tiverem capacidade de sensibilização e de sensibilizar o poder central contem connosco para vos ajudar a fazer esse papel de sensibilização. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Moção apresentada e colocada à discussão, pergunto se alguém quer intervir. Sr. Deputado Miguel Oliveira por favor. Sr. Deputado José Vidal.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

----- “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Excelentíssimos membros da Assembleia, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos concidadãos que nos acompanham aqui presencialmente e pela Águeda TV, caros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

funcionários da Autarquia que nos ajudam nos trabalhos. Há três anos, quase três anos o CDS apresentou aqui uma moção que visava a criação do Conselho Municipal de Saúde como forma de ir preparando um plano estratégico de saúde e um documento que pudesse servir de base e ao fim ao cabo de argumento nas negociações com os poderes regionais e nacionais. Essa moção foi aprovada, creio que se não estou enganado, não quero arriscar dizer que foi por maioria absoluta ou por unanimidade, mas essa moção foi aprovada e o destino que lhe foi dado infelizmente não foi aquele que era o pretendido. Eu espero que se dê melhor destino a esta moção que aqui foi apresentada agora, com a qual nos solidarizamos e que acompanhamos nas recomendações que faz. Portanto, não apenas subscrevemos o texto da moção como damos parabéns ao seu autor porque traduz em grande medida o nosso sentimento em relação a este problema e a esta temática. Muito obrigado.”--

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, senhores membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara. No global o Partido Socialista concorda com a moção apresentada e subscreve-a tendo em atenção que muitos destes assuntos já aqui foram discutidos há muito tempo até na sequência de uma reunião com a senhora ministra da saúde anteriormente, com estas propostas e outras, infelizmente não houve consequências das posições tomadas então nomeadamente de algumas soluções que poderia a Câmara Municipal tomar com o apoio e a participação desta Assembleia. Fala aqui na questão da contratação dos médicos que estão reformados e, por exemplo, foi aqui abordado mais que uma vez a questão de uma estrutura móvel de saúde que poderia acorrer às populações mais longínquas, mais isoladas e que poderia ser um investimento próprio da Autarquia e que esse estudo não foi feito. Nem foi feito pela Autarquia nem foi feito por nós que não temos muito essa disponibilidade mas que é um estudo a ser feito. Isso porquê? Porque como diz aqui, e eu acredito, mais três milhões de euros foram investidos pela Câmara Municipal em diversos tipo de estruturas que não lhe cabia a função, portanto, é quase como assumir posições de um estado mas também não esquece a Câmara Municipal certamente que as populações são todos e o Estado também é nosso. E bem, investiu e bem, não é bem o ter investido, porque nós não concordamos com muitos dos investimentos que foram feitos, foram mal planeados, foram mal feitos, veja-se agora a situação do polo de saúde que está a funcionar na Alta Vila, que já se julga que pode continuar lá, num sítio sem condições nenhuma, porque não foi acautelado na reformulação do Centro de Saúde o aumento da área ou as necessidades que eram prementes. Isto, portanto, é investir mal o dinheiro. A ação é boa, o investimento quanto a mim está a ser pouco planeado. A concordância com os princípios é total. Agora só isto não chega, temos que ajudar Sr. Presidente da Câmara, e eles próprios têm muito mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

funções e muito mais noção das coisas que fazem, dos investimentos e têm uma noção muito clara do que falta, este Executivo tem essa noção e é por isso que tem feito investimentos mas têm que se tomar opções. Há esta dos médicos reformados porque não faltam estruturas. Nem os nossos utentes estão distantes dos centros de saúde. Não estão distantes das Unidades de Saúde, não estão. Não estão, segundo a lógica não estão porque todos eles estão dentro dos trinta minutos de acesso à sua área de saúde. Por exemplo, não sei se as Juntas de Freguesia dão transporte às pessoas que precisam de ir aos centros de saúde. Portanto, eu acho que uma das opções é que nós temos que ajudar toda a gente a chegar à saúde porque o que não há, e isso é que não há e aqui na proposta vem isso, é recursos humanos. Da exigência que haja uma abertura dos concursos, se há dez internos não se justifica que se abra seis lugares. A exigência tem que ser total numa altura excecional que é esta. Esta é uma altura excecional, portanto, nós temos que exigir que seja a abertura dos lugares máximos. Daí a situação que nós temos que tentar acelerar a contratação de médicos que estão reformados e também estudar a questão da unidade móvel que já existe em alguns Municípios e que no âmbito do Partido Socialista estamos a estudar isso e brevemente iremos apresentar ao Executivo uma proposta para ser analisada nesse âmbito. Obrigado. Logicamente que iremos subscrever o conteúdo da proposta.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguém para a discussão da moção? Se bem percebi a moção apresentada é subscrita pelos dois outros Grupos Municipais, correto? Quer o Grupo Municipal do CDS-PP, quer o Grupo Municipal do PS, subscrevem a moção tal qual ela se encontra. Muito bem, após tal facto vamos colocá-la à votação. E eu pergunto se alguém vota contra. Se alguém se abstém. Portanto, **aprovada por unanimidade**. Muito obrigado. -----

----- Agora Sr. Deputado José Vidal, para apresentar a moção que também apresentou à mesa, faça favor, tem a palavra. -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “O Partido Socialista, na sequência de moções que já cá trouxemos e de uma linha de orientação dar acesso de informação às populações, pois as populações informadas é que têm a capacidade de analisar e decidir aquilo que desejam, apresenta a seguinte moção: -----

----- **MOÇÃO** -----

----- 1. Considerando o direito à informação de todo cidadãos, nomeadamente dos membros desta Assembleia;-----

----- 2. Considerando o dever de informar que cabe a todos os detentores de cargos públicos, no exercício das suas funções, nomeadamente aos eleitos democraticamente na explicitação das ações desenvolvidas;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- 3. Considerando que o conhecimento pelas populações das ações dos seus representantes, permite o escrutínio das mesmas e são um fator essencial de transparência e como tal de reforço da democracia participativa;-----

----- 4. Considerando que para o exercício cabal das atribuições e competências, desta Assembleia, é essencial o conhecimento e análise dos factos que ocorrem nas reuniões do Executivo Municipal.-----

----- A Assembleia Municipal recomenda ao executivo camarário que considere a transmissão das reuniões de Câmara Municipal, possibilitando assim que todos tenham acesso aos assuntos nelas analisados e debatidos, conhecimento das posições tomadas pelos diversos intervenientes, permitindo assim o escrutínio das suas ações, na gestão dos bens públicos.-----

----- O porquê disto é porque é que as nossas reuniões são transmitidas. Porque nos permitem ver hoje, ver amanhã, ver daqui a um mês, ver, voltar para trás, na próxima reunião irmos ver o que é que se passou ou não passou. Neste momento passado um ano deste Executivo nenhum de nós foi informado de nada ou tem possibilidades sem lá ter ido de saber alguma coisa do que se lá passou, como se passou e que factos ocorreram, mais importantes, menos importantes, quem teve intervenções, quem decidiu, quem votou. Tendo em atenção, ainda mais, que neste momento só temos um órgão de comunicação social, portanto, aqui houve mais redução ainda daquilo que lá se passa, tendo em atenção ainda mais que nós, os membros desta Assembleia, estamos a analisar factos que foram lá discutidos e que nós não sabemos nada! Que vêm aqui, já depois do debate do Executivo, que têm muitos mais dados do que nós e nós não sabemos nada. Vamos só ouvir dizer ou alguém me contou, portanto, não estamos em tempos disso, tal como há bocado se falou na questão da colocação das Câmaras que quando houver uma evolução poderá estar melhor, a nós a evolução já temos que a dar no âmbito do conhecimento e da transparência e da informação. É um dever do eleito informar, é um dever de todos estarmos informados para podermos decidir. É incompreensível que Águeda tendo este recursos todos, tendo uma Águeda TV, tendo os recursos que permitem transmitir esta Assembleia, não transmita as reuniões de Câmara onde se passam talvez eventualmente os factos mais importantes porque são aqueles que gerem o nosso dia a dia. É por isso a apresentação da moção e a recomendação que é feita ao Executivo. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Apresentada a moção, alguém quer intervir? Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Lembro-me que quando era Vereador, aqui há uns oito anos, propus que as reuniões da Câmara fossem transmitidas pela Águeda TV assim como são transmitidas as reuniões da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Câmara de então, Dr. Gil Nadais, ficou de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pensar e depois deu uma resposta de que não, até porque a sala não reunia as condições técnicas necessárias para efetuar uma transmissão. Desculpem estar a rir mas foi o que me foi dito. E, portanto, é com agrado que eu ouço esta moção do Partido Socialista, que entretanto mudou cento e oitenta graus a sua posição em relação a esta matéria, dizendo que subscrevo inteiramente e mantenho-me onde sempre estive. Acho que o público deve estar tão informado quanto possível, a lei dá a possibilidade às Câmaras Municipais de uma das reuniões mensais ser realizada à porta fechada, sendo todas as outras reuniões públicas, em Águeda segue-se e bem a tradição das reuniões serem sempre públicas, ocorre é que a quantidade de público costuma ser pouca ou nenhuma e quando há muitas vezes não há condições para receber as pessoas condignamente porque o espaço é relativamente exíguo. Portanto, eu subscrevo inteiramente, ao Partido Socialista dou os parabéns pela forma como está bem redigida a moção e o CDS naturalmente apoiará. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira por favor.-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Excelentíssimo Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Executivo, colegas Deputados, público, comunicação social, quem está lá em casa a ver-nos, boa noite a todos. Esta questão, e eu ficaria realmente preocupado, e faço ali uma pergunta direta ao Sr. Presidente da Câmara. Sr. Presidente, que tenha memória, no seu mandato, quantas reuniões já fez de executivo à porta fechada?”-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Zero.”-----

----- **Deputado Humberto Moreira:** “Pronto. Partindo deste pressuposto, todas as reuniões são públicas, de livre acesso, com atas públicas, que fique aqui bem claro, perante toda a gente, que não há aqui nenhum esconder de informação porque esta questão tem sido trazida tantas vezes aqui como uma nebulosa em que não há informação, que a informação não é dada, que é sonegada. Portanto, é um caso prático, concreto, públicas, acesso livre e não há restrição nenhuma de informação sobre aquilo que se passa nas reuniões de Executivo. Também é nosso entendimento, e já foi expressa essa nossa visão sobre esta matéria, que tratando-se de um órgão executivo, que tem um carácter totalmente diferente de um órgão deliberativo e colegial como este que estamos aqui, que é a Assembleia Municipal, não faz qualquer tipo de sentido, em alguns casos até pode ser amplamente não recomendável não sob ponto de vista das matérias a tratar mas sob o ponto de vista de ser um órgão executivo com alguns temas que não me parece que sejam válidos serem transmitidos e não acrescentaria rigorosamente nada. As reuniões estão lá, são abertas, quem quiser participa. Se houvesse reuniões à porta fechada eu ficaria realmente preocupado. Nunca existiram,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

não é nosso entendimento que devam ser transmitidas, é nosso entendimento sim que quem queira participar possa vir e que a porta esteja sempre aberta e que nunca queiram aceder a uma reunião dessas e vos seja sonogado o acesso. Portanto, iremos votar contra a moção. Tenho dito Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia, Sr. Presidente e senhores membros e os restantes membros da Câmara Municipal. Ora bem, este tema já foi aqui abordado e de facto só volta a ser abordado porque o PSD se recusou a que estas reuniões da Câmara Municipal possam ser transmitidas e voltará a ser abordado enquanto o PSD continuar a negar a possibilidade da população de Águeda poder assistir na internet e assistir depois das reuniões ao que acontece nas reuniões do Executivo camarário. Como o senhor membro da Assembleia Municipal Humberto aqui bem referiu estamos perante um órgão executivo, mas antes disso referiu também que as reuniões são abertas sem nenhum tipo de restrição de público. Ora, significa então, que nada de sigiloso, nada que não possa a população ouvir lá será dito e, portanto, se são abertas para eu presencialmente lá ir porque é que não são abertas para eu ou os meus pais podermos assistir a partir, olhe, no intervalo do trabalho, da hora de almoço, final do dia, voltar atrás, assistirmos agora para tirarmos dúvidas sobre o que foi dito, muitas vezes aqui é discutido “porque eu disse, porque o senhor disse”, bom, bem sei que existem atas mas com certeza não é a mesma coisa. O ponto a que chego, no fundo, porque também concordo que a discussão sobre este tema apenas tem a utilidade de um dia levar o PSD a perceber que estará absolutamente isolado que mesmo nos Municípios governados pelo PSD esta prática é cada vez mais alargada, porque, acreditemos, basta ver outros Municípios em que as pessoas ainda estão a debater a possibilidade das Assembleias municipais serem emitidas na internet. Este debate está a acontecer noutros Municípios por causa da emissão nas Assembleias municipais. Felizmente eu quando vim assistir à primeira Assembleia Municipal aqui em Águeda, já nessa altura era um património adquirido e aí de quem pusesse sequer em causa... nem nunca ouvi desde que participo na política, já são uma década e meia aqui em Águeda, nunca ninguém pôs a hipótese de não serem transmitidas estas reuniões da Assembleia Municipal. É um património democrático, as pessoas habituaram-se a isso, neste momento até temos alguma audiência, o que é muito bom e que saúdo, bem como os nossos concidadãos que estão em casa, mas com certeza está muito mais gente a assistir-nos neste momento a partir de fora daqui do que cá. Aliás, estão muitos aguedenses que neste momento não estão em Águeda neste momento ou porque trabalham fora ou porque vivem fora ou porque estão até no estrangeiro e que estão a assistir. E também nos próximos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

dias basta ver as visualizações, vão ser centenas de pessoas a assistir e que depois têm dúvidas, voltam atrás e vão ver. Portanto, o ponto a que eu chego é, há temas sensíveis, Deputado Humberto Moreira, com certeza, por isso é que há a possibilidade legal da Câmara Municipal fazer uma vez por mês reuniões à porta fechada. Todos os aguedenses compreendem isso. O Sr. Presidente da Câmara disse aqui com toda a gala, perante a sua interpelação, que nunca fez uma reunião à porta fechada. Pois muito bem, é porque considerou que nunca houve assuntos sensíveis o suficiente e que tudo o que lá disse poderia ser ouvido por qualquer cidadão. Portanto, o ponto a que eu chego é, qual é a justificação para que o PSD não queira que as reuniões da Câmara Municipal possam ser emitidas na internet e ficar lá disponibilizadas? Porque o ponto é este, neste momento. Muito bem, a lei não obriga, a lei não permite, qualquer pessoa, acredito que o Sr. Deputado também, o Sr. Presidente da Câmara, toda a gente com bom senso consegue perceber. Pois, de facto se as pessoas, está lá, a reunião acontece de manhã ou à tarde e as pessoas podem lá ir. A generalidade é que vão poucas. Significa que são apenas essas as interessadas? Não, significa que as outras estão a trabalhar, que as outras estão à distância, que as outras estão noutra vida, como compreenderá. Se nós queremos motivar a participação das pessoas, mais ferramentas e mais visibilidade melhor é! As pessoas que conseguem aceder. Se nada lá é dito que envergonha, então porque é que não podem ser emitidas? Porque é que as pessoas não podem ver ao final do dia ou no dia a seguir? É que o PSD tem de justificar isso. E haverá o tempo em que daqui a uns anos falaremos sobre isto e nenhum de vós defenderá a posição que está a defender agora e fará por esquecer, porque isto será francamente indefensável. Nenhuma pessoa de Águeda entende porque é que estas reuniões podem ser transmitidas mas as de Câmara - que são públicas, não as que sejam a porta fechada - não podem ser. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sra. Deputada Ana Miguel, por favor.--

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Boa noite. [corte de som] e um órgão executivo. Isto aprende-se nos primeiros anos do curso de direito e é a razão pela qual os conselhos de ministros que também são órgãos de Executivos também não são, digamos assim, transmitidos online e ao vivo porque o processo de formação da decisão de um órgão executivo é naturalmente diferente de um órgão eletivo e de um órgão participativo que é esse o mote e o principal objetivo de uma Assembleia Municipal. E por essa razão julgamos que a questão de ser aberta a possibilidade de quem quiser participar e de estar e não estar muitas vezes, porque também a participação também se quer séria e também se quer concentrada, muitas vezes eu imagino que a dificuldade de participar à distância também retira muitas vezes a seriedade da análise dos documentos que devem presidir ao processo de formação da decisão e por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

essa razão não temos aqui razões para tornar público aquela que é público no sentido de dar uma dimensão tecnológica. A porta está aberta, quem quiser participar, ouvir e perceber como é que é construído o processo de formação tem essa possibilidade e, portanto, a partir daí julgamos que estão assegurados os princípios elementares daquela que é a democracia representativa e que não a democracia popular ou soberania popular e vamos manter a nossa posição considerando que está amplamente assegurado o direito à participação e essa participação deve ser séria e também deve ser presencial e é isso que nós também privilegiamos porque isto de alguma forma também vem garantir a proximidade que é aquilo que se pretende nestas situações. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Tomaz.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, uma das vantagens de recorrermos em debates é que já temos património adquirido e esta questão foi levantada exatamente há um ano, não me recordo se a Deputada Ana Miguel dos Santos estava presente ou não, admito que não. O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse exatamente isso, perguntar ao Paulo Tomás se lá em Lisboa as reuniões do conselho de ministros eram à porta aberta. Perdão, perguntou-me se elas seriam emitidas e isto é uma resposta em cadeia, não só não são emitidas, como são só de um partido, como são à porta fechada. Portanto, os motivos que presidem a que estas reuniões sejam públicas não colocam qualquer entrave a que sejam públicas para duas pessoas que lá vão ou para duzentas que estejam em casa, ao contrário das do Conselho de Ministros, que isto já não se aprendeu, por acaso quanto aos órgãos executivos ainda aprendi aqui a introdução ao direito na Marques Castilho. Mas há órgãos executivos e órgãos executivos, não são todos iguais os órgãos executivos, daí que a lei determina coisas diferentes para cada órgão executivo. É verdade. E, portanto, eu quando ouço argumentos como “a participação tem de ser séria e presencial” porque se não for presencial não são séria e que a participação e a decisão, a formação da vontade da decisão à distância. Mas a pessoa que está à distância assiste, a pessoa que está à distância não participa na decisão. Eu não estou aqui a defender que as reuniões do Executivo seja feitas com Vereadores à distância. Que seria outro debate, nem sei, honestamente, mas não é esse o ponto, não é esse o ponto que está, o ponto que está é os nossos familiares, os nossos vizinhos, as pessoas com que lidamos, as pessoas a que vamos pedir o voto de quatro em quatro anos, possam ouvir nas melhores condições possíveis aquilo que o Sr. Presidente da Câmara, que o Sr. Vice-Presidente de Câmara, que os restantes Vereadores com pelouro e da oposição lá dizem. Qual é a parte em que a cidadania em Águeda pode ficar prejudicada? Qual é a parte em que se torna uma democracia popular? Espero que não nos acusem de estalinismo por querermos que a população de Águeda possa aceder com mais ferramentas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

melhores condições ao que é discutido sobre as suas vidas, sobre os seus interesses na Câmara Municipal. Reitero, há assuntos que não sejam adequados a essa circunstância? Há a possibilidade de uma vez por mês ser feita a reunião à porta fechada. Mas está tudo bastante claro, eu diria que qualquer pessoa, seja qual for a sua formação, poderá entender. Portanto, esta problemática já foi dita no passado, foi feita essa comparação ao Conselho de Ministros, o que francamente não faz sentido algum, e agora o PSD inovou, disse que no fundo não é, disse de alguma forma e é repetir-se o que aqui está, e aqui pode-se porque amanhã isto estará disponível para as pessoas voltarem para trás e ver, e foi dado mais ou menos a entender que a pessoa que não possa vir cá e queira assistir em casa não tem uma participação responsável e, portanto, é dito que são dadas todas as condições mínimas, mas eu acho que os partidos políticos, até porque nós todos dizemos sempre “temos de refletir porque é que as pessoas não votam, temos de refletir porque é que há um afastamento da política”, nós temos de refletir e refletimos e quando chegamos ao momento em que em vez de duas, três, quatro, no limite de meia dúzia de pessoas, que não estão a trabalhar nesse momento, que podem deslocar-se, que podem dispor deste tempo ouvem, e não podem voltar atrás para ouvir novamente, nós estamos a impedir que todas as outras possam fazê-lo. Está assegurado o mínimo? Sim, o mínimo legal está assegurado, ninguém disse aqui, nenhum dos partidos disse que a Câmara Municipal está a funcionar de uma forma ilegal. Estamos é a dizer que é legal, tal como não seria legal se esta Assembleia Municipal estivesse a ser emitida e centenas de pessoas estivessem a poder ouvir e ver e nos próximos dias e no futuro aquilo que eu estou, a dizer mas alguém vem aqui dizer que isto prejudica a cidadania em Águeda, esta reunião, neste momento estar a ser emitida? Alguém tem a coragem de vir aqui dizer que as pessoas que estão em casa a assistir têm uma participação que não é responsável? Alguém pode vir aqui defender que ir um bocadinho para além do que a lei nos obriga é até um dever que nós temos quando as coisas são de bom senso? Simplesmente isto vai ser tudo emitido dentro de algum tempo porque é uma posição absolutamente indefensável que qualquer pessoa em Águeda, mesmo quem vota no PSD, quem acredita em vós, não percebe qual é o receio porque é que o PSD bloqueia esta solução. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, peço que seja breve, compreenderá o porquê do meu apelo.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. É só para fazer um esclarecimento, que ninguém pediu mas que eu dou de boa vontade. O facto de as reuniões serem públicas não quer dizer que não tenham partes privadas. Vou dar um exemplo. Quando a Câmara Municipal tem de decidir um processo disciplinar que envolva algum funcionário há uma parte da reunião que é pública, e que toda a gente pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

assistir, que são os assuntos habitualmente trazidos às reuniões de Câmara, e depois para a parte final da reunião da Câmara Municipal é feita uma reunião privada onde naturalmente as decisões e as discussões não são seguidas nem pelo público nem seriam transmitidas. Portanto, não é necessário pensar que pelo menos uma reunião da Câmara Municipal passe a ser reservada. Pode-se perfeitamente manter o regime sempre de reuniões públicas, eventualmente quando há necessidade com partes da reunião reservadas, sabendo nós depois qual é o assunto a ser debatido mas sem dele ter qualquer espécie de pormenor. Muito obrigado, era só esta precisão que queria fazer.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguém para a discussão da moção? Vamos passar à votação da mesma e eu pergunto quem vota contra? Quem se abstém? Dezassete contra, uma abstenção. Portanto, **a moção não foi aprovada**, com dezassete votos contra, treze a favor e uma abstenção.-----

----- Continuando os trabalhos, eu tinha aqui já tomado nota da inscrição da Sra. Deputada Olívia Passos no período de antes da ordem do dia. Tem a palavra por favor.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Olívia de Sousa Passos – CDS–PP:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, peço a todos os presentes e a todos os que estão a ver-nos através da Águeda TV que se considerem cumprimentados na figura do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para eu não perder muito tempo. Sr. Presidente, eu há bocadinho estava a brincar, agradeço os beijinhos que me mandou, também são para retribuir, mas o que eu quero dizer e o que eu venho aqui falar é de algo que é muito prático e que é preocupante neste momento aqui na nossa cidade de Águeda. Nós temos um problema sério de estacionamento. Sr. Presidente, é inconcebível o que se está a passar na nossa cidade e na forma como esta Câmara está a reagir à falta de estacionamento que eu considero que é também por culpa da Câmara porque não toma as devidas medidas para que haja soluções. Tempos houve, ainda no tempo do Dr. Gil Nadais, em que sempre se falava na falta de estacionamento remetiam-nos para o mercado. Neste momento nós não temos mercado, nós não temos o estacionamento ali junto ao caminho de ferro ali, à estação, nós não temos, o adro está completamente cheio, a P3 está completamente cheia, não há estacionamentos que sirvam os nossos comerciantes e os serviços desta cidade. Não há estacionamentos que sirvam os Tribunais, não há estacionamentos que sirvam a CPCJ, não há estacionamento que sirva ali a MEO, a Vodafone, os cartórios notariais, os advogados da nossa cidade. Nem cá em cima, nem na parte alta, nem na parte de baixo. A par desta inexistência, que é do conhecimento de toda a gente, quem não é da cidade poderá não ter esse problema mas quando vêm cá, a não ser que tenham o privilégio de estacionar na Câmara Municipal, sabem que não há.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Aliás, basta sairmos e veremos que neste momento lá fora temos um amontoado de carros em dupla fila porque não há estacionamento para ir a um bar, para ir a um restaurante, para ir a lado nenhum no centro da cidade. A avenida Eugénio Ribeiro é um caos! Em frente à Lotus é um caos. Eu nem digo quem lá estaciona porque quem lá estaciona não tem respeito por ninguém. É absolutamente inadmissível. E também é absolutamente inadmissível que com tantas dificuldades que os comerciantes têm com a subida de impostos, com tudo o que aconteceu com a pandemia da COVID, com a nossa recente e contínua guerra da Ucrânia, com todas as dificuldades económicas que existem, ainda temos a nossa Câmara, a minha Câmara a mandar os fiscais multar, estão a cumprir as suas funções porque as pessoas estão em contraordenação, mas às vezes há coisas que eu chego a considerar que são um abuso de direito porque nesta cidade estacionar em contraordenação é um estado de necessidade e um estado de necessidade não deveria ser punido da forma como anda a ser feito. É indecente, e eu uso esta palavra indecente porque é, os nossos fiscais tirarem fotografias aos carros maus estacionados, enviarem as fotografias para o senhor comandante e a partir de lá nós sermos multados. Com multas de trinta euros que eu sei que noutras cidades inclusivamente as multas são de valor inferior. Neste momento nem sequer pode dizer “eu gostava de” Sr. Presidente, está-me a ouvir? É que eu não estou a falar para o boneco! Sr. Presidente da Assembleia, eu quero este tempo retirado. Eu estou aqui, exijo respeito e quero ser ouvida.-----

----- Nem toda a gente tem a capacidade de estar a ouvir e a falar. Já fui criticada uma vez, tenho o mesmo direito de criticar. Isto é um assunto sério, grave e que a Câmara no futuro tem que pensar em resolver. E eu quero saber, há estratégias para este tipo de situação? É porque se nos mandar para Os Pioneiros devo dizer que até Os Pioneiros já começam a estar cheios, o máximo por um dia nos pioneiros são cinco euros, mais vale pagar cinco euros do que os trinta euros por nos fotografarem e mandarem para a GNR. Acho que há um conluio entre a Câmara e a GNR para tramar todas as pessoas que vêm à cidade e eu estou a falar das que vêm porque quem trabalha cá se vier às oito e meia arranja estacionamento, mas quem tiver que sair, como é o meu caso, que venha às oito e meia, arranjo estacionamento mas saio às dez para ir para um tribunal de Anadia ou Oliveira do Bairro quando chegar eu caio nos pioneiros se houver lugar. Porque se não houver lugar não há em lado nenhum, nem naquele terreno de terra batida na descida da biblioteca. É a única cidade que eu conheço onde não há um lugar nem para estacionarem advogados, nem magistrados, nem para as conservatórias, nada! Aqui nesta zona central onde nós estamos agora nós temos dois cartórios notariais, temos a Conservatória do Registo Civil, temos um edifício com escritórios de advogados - onde eu estou incluída naturalmente, tenho que manifestar estar aqui a esse interesse - e onde os nossos clientes, temos várias solicitadoras, temos aqui na nossa bancada a Dra. Gisela, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

solicitadora, que certamente os clientes de todos nós têm dificuldades em se dirigirem aos nossos escritórios porque não existe estacionamento. Daqui a mais, na nossa cidade, a par da dificuldade que temos em habitação vamos começar a pagar mais habitação para aquelas que eventualmente tenham estacionamento mais próximo. Até isso vai encarecer a falta que nós temos de habitação. É uma crítica que eu considero que é premente, há uma necessidade premente de resolver, sei que não vai ser possível resolvê-la a curto prazo, sei que não vai, porque as obras que estão a ser levadas a efeito na nossa cidade levam a que muitos lugares que antes seriam usados como estacionamento deixaram de o poder ser. É verdade que as obras obrigam a isso, agora acho que é o estado de necessidade de facto de vez em quando haver uma contraordenação e acho que é extremamente injusto e um abuso de direito os fiscais da Câmara passarem a vida a tirar fotografias e a mandar para a GNR e haver pessoas que são multadas de três a quatro vezes por semana. Multiplique isso por trinta euros e veja a vantagem que cada um de vocês tem por estacionarem na Câmara Municipal de Águeda. E para não falar que a par disso de facto o estacionamento é caótico. Na avenida Eugénio Ribeiro, pelo facto de ninguém respeitar, eu própria confesso, *mea culpa*, às vezes também infrinjo, mas naquela avenida Eugénio Ribeiro nós temos que andar ali com muito jeitinho para não riscarmos os carros de quem está mal estacionado e às vezes de pessoas que deveriam dar o exemplo e que não dão o exemplo e que estão nas esplanadas devidamente sentados a gozar com quem tem dificuldades em passar. A pergunta que eu lhe faço é: Sr. Presidente, isto é para continuar? É que as pessoas que me estão a ouvir lá fora, não tanto as que estão aqui porque as que estão aqui nem sequer se calhar estacionam cá porque têm os seus locais de trabalho noutros lugares, mas as pessoas que nos estão a ouvir pela Águeda TV eu tenho a certeza que neste momento estão a dizer “boa Olívia, é isso mesmo, passam a vida a tramar-nos a vida e a levar-nos o dinheiro da carteira”. É um facto! Agora, pergunto eu, até hoje ninguém nesta Assembleia nem no programa de ninguém eu vi qualquer solução para este problema de estacionamento que já existe desde que eu vim, vejam lá só, há trinta e cinco anos. Há trinta e cinco anos. Na altura, realmente, lá em baixo no mercado havia muito lugar, é um facto. Havia. Agora não há. Não há. Olhe, a CPCJ tem lá três ou quatro lugares está tudo sempre ocupado. Nos tribunais, os senhores magistrados têm que meter os carros lá atrás sabe Deus como. O magistrado do tribunal do trabalho nem sequer lugar tem, e não estou a defendê-los, é um facto, é a única cidade e eu já fui a muitas, eu já corri o país de lés a lés e nunca encontrei nenhuma cidade como a de Águeda que não tem qualquer respeito por alguns dos serviços e entidades que existem cá na nossa cidade. Não há. A P3 poderia ter sido uma solução, foi uma solução a curto prazo. Neste momento nem que coloque a pagar aquele estacionamento vai resolver o nosso problema. E nem com todos os estacionamentos pagos que a gente tem na nossa cidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

esse problema fica solucionado. E por isso é que nós temos aqui esta rua mesmo ao nosso lado que é um caos, a avenida Eugénio Ribeiro é um caos, a rua atrás, a rua Doutor Manuel Alegre é um caos, com a agravante de que a Câmara em todas as obras que fez teve o cuidado de fazer com que nem sequer se possa encostar por forma a que se possa fazer um serviço rápido, uma consulta rápida ou seja o que for porque colocou lá os pinos, espero que um dia venha um camião e que limpe esses pinos todos que é para vocês terem o trabalho de os voltar a colocar, porque isto é inconcebível. Termino por dizer que é de facto uma crítica que eu venho fazer ao Sr. Presidente mas quero também fazer uma pergunta. Eu quero saber se estão de facto conscientes disto, quero saber - se não for daqui eu poderei saber depois, o Sr. Presidente decidirá - mas eu gostava de saber como é que é esta ligação entre Câmara e GNR na forma como as fotografias chegam lá em cima e como é que isso se processa, se isso tem um regulamento ou não tem, que é para ao menos eu poder estudar e informar os meus clientes quando aparecem lá com as multas para ver se há alguma defesa ou não.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Peço que conclua, Sra. Dra.-----

----- **Deputada Olívia Passos:** “E por último, quero saber se de facto a Câmara tem na forja ou se já pensou ou se já colocou alguém a pensar numa forma de solucionar os estacionamento na nossa cidade para depois de todas as obras que estão feitas. Porque eu estive a ver algumas e, é assim, é muito chato porque daqui a mais até ao Mercadona nos vai fechar as portas que é para ninguém estacionar lá. Que neste momento é o sítio mais longe que eu conheço onde se pode estacionar de borla. Tenho dito.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sra. Deputada. Mais alguma inscrição para o período antes da ordem do dia? Sr. Deputado José Vidal.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, vou-me dirigir a si visto que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo não tem o mínimo de consideração por nós nem por si, porque como sabe, na última Assembleia, o senhor disse que nos seriam entregues os documentos pedidos sobre o Natal de dois mil e vinte e um, acho que já estamos um bocadinho passados, sobre o AgitÁgueda de dois mil e vinte e um, sobre dois mil e vinte e dois, sobre o Natal dois mil e vinte e dois, sobre o AgitÁgueda de dois mil e vinte e dois e outro tipo de documentos como o contrato feito com a empresa que elaborou o estudo estratégico económico e nada, Sr. Presidente, nada nos foi entregue. Mais, o Sr. Presidente na última Assembleia garantiu-nos que nos seriam enviados, o desprezo da Câmara por si é de tal maneira, o desprezo da Câmara por si, por esta Assembleia que representamos os eleitos, é de tal maneira que ninguém lhe enviou nada. E como não lhe enviaram nada e como eu nada recebi,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Sr. Presidente, a posição é só uma, solicito-lhe que envie na próxima semana e que nos dê conhecimento, para o Tribunal Administrativo de Aveiro, o requerimento para que seja entregue a si os documentos e depois posteriormente o senhor nos possa entregar a nós. É inadmissível que passadas seis reuniões desta Assembleia em que falámos sempre disto, passados sete mails que enviei ao Sr. Presidente a pedir conhecimento, de que fizemos uma resenha na última porque o Sr. Presidente assim o solicitou, é inadmissível que não nos tenha chegado a nós nenhuma informação até à data de hoje. Isto é igual à transmissão das reuniões de Câmara, é incompreensível! Já não é admissível, é incompreensível. Não se compreende o porquê, porque é que é isso. Se querem esconder coisa não querem esconder. Porque mais! Até já há documentos que foram entregues aos Vereadores nessas tais reuniões públicas e nós não temos acesso! É inadmissível, não compreendo. Portanto, a solução, Sr. Presidente que lhe damos, é que nos seja enviado prova do que o Sr. Presidente solicitou ao Tribunal Central Administrativo de Aveiro, que lhe sejam assim entregues os documentos. Depois de os ter agradeço que nos envie. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. O Sr. Deputado Humberto Moreira quer intervir?-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----“Sr. Presidente, vivemos efetivamente, e não tinha dito este termo hoje, Sr. Presidente, efetivamente numa cidade que está mudada. Eu ainda me recordo de tempos, quando saí daqui para ir estudar para uma cidade maior, em que não faltava estacionamento em Águeda, nem espaço ao Domingo para caminhar. Acreditem, nós passávamos, corríamos as ruas, não víamos vivalma. Crescer, evoluir, progredir, o progresso tem alguns custos, claro que tem. Estamos perfeitamente cientes de todos eles, o crescimento provoca dores, as famosas dores de crescimento e hoje temos uma cidade que tem uma dinâmica totalmente diferente da que tinha há uns anos atrás. A questão do estacionamento é uma questão, eu vi muitas cidades durante o período de COVID que continuaram a multar, eu apanhei algumas multas em Aveiro, não é assim tão longe, quando falamos do drama de estacionar em Águeda provavelmente alguns irão a Aveiro ou ao Porto ou a Coimbra ou outros lados. Portanto, é uma consequência de cidades com uma dinâmica forte. E por muitos lugares que possam ter à beira do rio vão sempre tentar estacionar em frente à farmácia Amaral. Perdoem-me aqui a publicidade. Em frente à Lotus, igual. Que culpa tem o Executivo, que com dois ou três lugares à frente, à beira das Chãs - e eu falo com propriedade porque trabalho em Águeda, moro em Águeda algumas vezes, outras vezes não moro - mas é raro o dia em que não tento estacionar às dez da manhã, nove da manhã, onze da manhã, três da tarde e há meia dúzia de sítios que têm sempre lugares. Têm. É preciso procurá-los e fazer dez minutos a pé, cinco minutos, três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

minutos, mas há hábitos que adquirir, e um deles é caminhar, procurar estacionamento e não me queixar por fazer cinquenta metros ou cem metros a pé. Isto é uma questão cultural. As pessoas habituaram-se a estacionar a viatura em frente ao restaurante, em frente à farmácia e não conseguem mudar. Percebo. A questão dos lugares pagos, os lojistas deviam estar gratos, se perceberem a ideia dos lugares pagos, porque se repararem muitos destes lugares são ocupados às nove da manhã e são libertados às seis da tarde. Se forem a um parque, por exemplo, lá em baixo à beira do rio, verificam isso, são ocupados de manhã e libertados à tarde. Desta forma não conseguimos e não temos forma de gerir e de contemplar alguns lugares para que possam parar, parquear as suas viaturas para ir ao comércio. A ideia de estacionamento pago tem esta função, regular um pouco tudo aquilo que se passa na cidade. Precisamos de mais lugares de estacionamento? Precisamos sempre, a cidade vai continuar a crescer, vamos continuar a evoluir e nunca em momento algum a questão, digamos, do bom senso ou é condenável, amplamente condenado ao estacionar em cima de um passeio, ponto final. Encontrem uma justificação que quiserem, se forem invisuais, se tiverem um problema qualquer físico é impensável isto, não há nada que justifique isto. Portanto, os trinta euros de multa? Também já apanhei algumas. Não consigo contemplar. Portanto, é uma não questão. Passa por um princípio cívico de cada um. Precisamos de mais lugares? As obras não vão parar? Claro, é uma consequência e isto a mim é uma questão que me motiva porque isto é sinal que a nossa cidade está em movimento e não é o caos, não há caos nenhum, existe é dinâmica, existe comércio, existe toda uma economia a funcionar e isto obviamente que nos move e é o trabalho que o urbanismo terá que fazer, terá que continuar a trabalhar porque queremos continuar a crescer obviamente. E vamos crescer, vamos expandir a nossa cidade e vamos continuar a ter problemas destes. O Porto tem, Coimbra tem, Aveiro tem, quem quer crescer tem! Quem estiver deserto, quem não tiver comércio, quem não tiver dinamismo não vai ter visitantes, não vai ter gente a trabalhar por ali e isso sim preocupar-me-ia. E depois dos últimos meses que tivemos em Águeda, tivemos na altura do fim do ano, o Natal, por exemplo, com os milhares de pessoas que nos vieram visitar. Milhares. Acabamos por ficar orgulhosos de tudo isto e é um caminho que nós iniciámos, vamos levando a bom porto, colhemos obviamente as ideias que partilhamos e que algumas delas são importantes e deveremos acolhê-las e tentar evoluir no sentido em mitigar alguns destes danos. Agora, a questão do estacionamento pago tem uma função muito própria, que eu entendo perfeitamente, já apanhei algumas multas e vou continuar a apanhar porque muitas vezes não conseguimos, não temos forma, mas jamais eu colocaria o ónus do lado de quem, digamos, de quem promove essa organização e do lado de quem dá uma coima por estacionarmos no local onde devemos. É didático e é uma consequência de estarmos a crescer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Agora, imputar esse ónus é subverter aqui um princípio que tem a ver única e exclusivamente com uma dinâmica de uma cidade e que terá tudo para crescer, para evoluir e continuar neste burburinho que é a nossa cidade. Isto não é o caos, é movimento, é dinamismo e é progresso. Tenho dito Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado António Mascarenhas, por favor.-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:**-----

----- “Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, boa noite a todos os presentes, Sr. Presidente da Câmara, considerem-se todos cumprimentados. Este problema é um problema de fundo. Estamos a falar de um problema de planeamento e ordenamento do território, estamos a falar de visão, estamos a falar do futuro que está a ser condenado porque não há uma política de planeamento e nós vimos todos os dias a nascerem edifícios em leitos de cheia, edifícios que não deveriam ser construídos nestes locais porque mais tarde virão a ter problemas de cheia e depois temos que ter a proteção civil a correr atrás do prejuízo, pessoas que vão ter prejuízos de bens e isto tem que haver um planeamento e ordenamento do território. E não existe, não vejo, não há planeamento, é tudo construído de uma forma que beneficia não sei quem, não é? Como temos indústrias a ser construídas e licenciadas em locais residenciais onde temos uma zona industrial a um quilómetro, a prejudicar pessoas, populações, pessoas que lutaram uma vida para ter uma casa para viver condignamente e que hoje não conseguem viver porque têm ruído à porta. Isto é grave. Isto é o que existe aqui. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. -----

----- **Deputado António Mascarenhas:** “Peço desculpa. Peço desculpa voltar atrás. Eu queria propor, e falando no âmbito do planeamento e ordenamento do território, quando se deu o sismo de mil setecentos e cinquenta e cinco, o Marquês de Pombal teve a visão de construir uma avenida que ainda hoje serve grande parte de Lisboa, ele teve esta visão. E nesse sentido queria também propor aqui um minuto de silêncio pelos mortos na Turquia pelo sismo que aconteceu. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado.-----

----- A Mesa aceita a proposta e coloca a questão se os Grupos Municipais votam contra ou se estão plenamente de acordo. Querem que eu coloque à votação? Coloco a votação. Alguém vota contra? Alguém se abstém? A proposta foi aprovada por unanimidade. Muito bem. Vamos, assim que terminarmos o período de antes da ordem do dia, fazê-lo. O Sr. Deputado Mário queria intervir e depois o Sr. Deputado Paulo Tomaz também, por favor.-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Sr. Presidente, boa noite, cumprimento na sua pessoa os presentes e a quem nos assiste. Como sempre e isto mantendo uma linha condutora no meu pensamento, eu queria questionar o Executivo sobre duas questões. A primeira sobre a autoestrada Águeda - Aveiro ou Aveiro – Águeda, como alguns querem chamar mas eu continuo a dizer que é Águeda – Aveiro, puxando a brasa à nossa sardinha. E a segunda questão, portanto, tem a ver com o Parque Industrial do Casarão, que evoluções é que houve desde a última Assembleia. Eu trouxe já cá estes dois assuntos, volto a trazer porque são assuntos que acho que têm um grande interesse para nós, não só para Águeda mas para todos a quem nos visita. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.--

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, eu venho fazer aqui um conjunto muito breve de questões ao nosso Município relacionados sobre um tema que já foi aqui abordado e com certeza há de ser abordado novamente, mas de uma forma que me vou escusar a fazer aqui um processo histórico muito alargado. Tem que ver com o nosso mercado municipal. O nosso mercado municipal é uma estrutura importante para o nosso Município e sumaria aqui só dois ou três dados que me parece importante para enquadrar. Temos um concurso público, tenho ideia que haveria um projeto anterior que depois, muito legitimamente, a atual Câmara não quis acompanhar e que revela, havia um projeto de dois milhões e tal de euros. A Câmara Municipal atual e com toda a legitimidade quis ser mais ambiciosa e foi lançado em vinte e um de junho de dois mil e vinte um concurso público de cerca de quatro milhões e meio, quase quatro milhões e seiscentos mil euros. A adjudicação veio acontecer em fevereiro de dois mil e vinte e um. Bom, o início da obra deveria ser quatrocentos e vinte dias depois, todavia acabou por ser um bocadinho mais do que isso e já foi o início da obra feito fora deste prazo. Tanto quanto penso saber, com a obra iniciada detetou-se que havia, digamos, algumas omissões, alguns erros e também a necessidade, a falta de um conjunto de projetos de especialidade, e perdoem-me se não estiver a usar a terminologia técnica correta, é ainda menos a minha área. E, portanto, este tempo passado a verdade é que tivemos um aumento do valor da obra face à adjudicação feita pela Câmara Municipal que era então um concurso público lançado por cerca de quatro milhões e meio de euros para seis milhões e duzentos e cinquenta mil euros, portanto, um milhão e bastante a mais, espero que os números estejam próximos do correto. Ora bem, a verdade é que, e os erros acontecem, percalços acontecem, mas também podemos tentar evitá-los e a verdade é que chegámos aqui a uma circunstância em que eventualmente por seis milhões duzentos e cinquenta mil euros teria havido mais candidatos a esse mesmo concurso público do que pelo valor original de quatro milhões e meio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Todavia, aqui chegados e no momento em que estamos, o que importa é que o equipamento seja tão brevemente quanto possível e na melhor qualidade possível disponibilizado aos comerciantes e à população de Águeda - acredito que é o que todos queremos, desde logo também a Câmara Municipal - mas cumpre-nos também, Sr. Presidente da Câmara, pedir-lhe algumas informações que acredito que esteja preocupado em fazer valer os interesses do Município, que o Município e o dinheiro dos Aguedenses, fique o menos prejudicado possível. Portanto, parece ter havido algum tipo de falhas neste processo. Houve várias empresas envolvidas, vários projetistas envolvidos, as questões que se colocam, diria, pode haver outras, naturalmente, mas admito desde logo que se tenha de colocar a questão sobre se houve falha de quem tinha a obrigação de fiscalizar, houve falha da entidade adjudicatária na medida em que tinha um prazo de seis meses para assinalar erros e não cumpriu esse prazo e só no início da obra muito depois é que começou a assinalar esses erros e, portanto, as coisas já foram feitas fora de prazo e tudo isto leva, ainda mais no contexto em que estamos neste momento, mais difícil para a obra pública, é um prejuízo avultado para o Município. O que é que o nosso Município, o Executivo municipal já fez, ou prepara-se para fazer para responsabilização e defesa dos interesses do Município, a nível jurídico, eventualmente, e outro. Por último, quando este concurso foi lançado esta obra poderia obter financiamento, dinheiros comunitários até oitenta e cinco por cento do valor exigível. A questão que coloco também é: neste momento, tendo em conta que o valor vai ser substancialmente superior ao valor que foi aquele do concurso público e não sabemos se esse valor vai ficar por aqui, e é de admitir que não fique, esperemos que fique, os montantes de apoio europeu poderão também ir até oitenta e cinco por cento? Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Julgo que não haverá mais intervenções no período antes da ordem do dia. Por isso, Sr. Presidente, passo-lhe a palavra.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, muito obrigado. Como não poderia deixar de ser, naturalmente que vamos começar pelo princípio e o princípio foi a intervenção da Dra. Olívia Passos relativamente ao estacionamento. E relativamente ao estacionamento em Águeda há aqui uma pergunta e quase um esclarecimento que se impõe. Parece que estamos todos doidinhos e que nos estamos a querer meter com a população em geral porque chegámos à conclusão de que tínhamos que efetivamente começar a proceder e a fazer algum tipo de multas. O que parece. Mas o que é facto é que afinal de contas assim como temos agora aqui o cortejo dos indignados por causa das multas que se têm vindo a aplicar também temos o cortejo dos indignados que não conseguem viver com o caos de estacionamento que as pessoas provocam. E há uma coisa que eu lhe queria dizer por princípio. Por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

princípio é difícil encontrarem o carro que eu conduzo mal estacionado. E sou eu que o conduz e procuro permanentemente estacionamento. E custa-me sinceramente aceitar que algumas pessoas já não lhes passe pela cabeça sequer procurar estacionamento e param onde precisam de ir. Rigorosamente à porta. Atropelando tudo e não se importando com nada. Nós temos efetivamente um problema de estacionamento. Nós somos uma cidade relativamente pequena mas com um movimento muito grande, um movimento que diria que, em certas zonas, de grande cidade. E isto é bom porque mostra uma certa dinâmica, mostra indiscutivelmente. E eu aqui há tempos apesar de ser difícil verem-me mal estacionado fui multado curiosamente em Aveiro. E tive o cuidado de procurar e não vi um sítio onde podia estacionar, procurei, até vim a pé ver se via alguma placa porque estava a achar a dádiva muita - minha culpa - há uma zona enorme no centro da cidade onde é zona de estacionamento limitado! Eu não vi o sinal de zona e fui apanhado de surpresa e tive que pagar a multa. E sabem uma coisa? É uma zona enorme no centro da cidade onde não se pode estacionar, pura e simplesmente. E eu pergunto, a qualquer um dos aguedenses que está agora indignado com a questão das multas, como é que faz quando vai a Aveiro. Sobretudo para ir para essas zonas. Sabem uma coisa? Vão a pé. E vão estacionar onde podem para ir lá a pé ou não vão lá. Isto acontece, e atenção, eu percebo claramente que muitas pessoas na sua vida precisam de espaços, agora há uso abusivo de espaços nomeadamente aqueles que deveriam ter maior rotatividade, porque reparem, nós, este Executivo, e até posso ir mais atrás, eu diria que de há quinze anos para cá nós não aumentámos mais nenhum lugar de estacionamento pago. Mais nenhum. Nós não fizemos nenhum novo, mantivemos os que estão e isentámos durante muito tempo. E atenção, é absolutamente desinteressante do ponto de vista financeiro a questão dos parómetros para a Câmara. Nós preferíamos, muito sinceramente, não ter aquela receita, mas precisamos de a ter - o estacionamento pago serve apenas e só para aumentar a rotatividade de lugares onde é preciso por causa do comércio e dos serviços que ali estão, termos essa rotatividade. Agora reparem, nós não conseguimos ter um parque de estacionamento, e atenção a nossa cidade é a nossa cidade, eu gostava, e faço desde já um convite, porque reparem, eu não me arvorei em conhecer toda a realidade e poderão porventura dar-me sugestões de soluções. Um parque subterrâneo pago ou qualquer coisa, já aqui há uns anos fizemos essa tentativa mas efetivamente do ponto de vista económico, e a exemplo de cidades da nossa dimensão, é difícil encontrarmos alguém disposto a empreender a esse nível. Temos parques de estacionamento gratuitos, bastantes, muitos, eu diria que nós fizemos aí uma conta e temos mais de mil lugares de estacionamento na cidade. Mais. Mas temos. O Deputado Humberto Moreira disse-o aqui há bocado, porque cada vez que eu saio de carro, acreditem que eu procuro mais um pouco e encontro sempre um sítio. Eu encontro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Mas eu encontro porque procuro e nunca ninguém me viu aí às voltas, agora eu vejo muitas vezes, porque eu também ando pela cidade e também vejo, muitas pessoas que pura e simplesmente não procuram. Vêm, chegam e param onde calha. Eu podia-lhe mostrar uma fotografia que tenho aqui de um carro que esteve estacionado aqui em frente à Câmara a tapar o acesso à Rua da Venda Nova, em direção ao tribunal, um dia inteiro! E eu pergunto como é que é possível o desplane das pessoas chegarem a um sítio daqueles, assinalado com uma raia onde diz que é proibido parar e estacionar, pararem um carro de manhã como se estivesse estacionado e ficarem ali até às cinco da tarde. Isto leva-nos todos a perguntar uma coisa que todos nós devemos fazer e que eu desafio, sinceramente, se todos nós procurarmos fazer o melhor eu acho que melhoramos bastante e deixa de se sentir esta questão, eu diria quase insuportável, de termos aqui sistematicamente, para aqui e também para a GNR, sistematicamente pedidos de pessoas que querem ou entrar ou passar ou simplesmente passar numa rua e não conseguem. Eu há uns dias estive num evento onde o alcaide de Pontevedra orgulhosamente mostrava que tinha retirado todos os carros da cidade, do centro da cidade e se calhar num processo aplaudido por todos, muito sobretudo até pelos próprios media que estavam no local, e nós ainda não tentámos, ainda não ousámos sequer retirar os carros do centro da cidade. Mas queríamos isso sim e isso é uma filosofia que já seguimos há algum tempo, darmos primazia aos peões no centro da cidade. O exemplo da Avenida Doutor Eugénio Ribeiro é um exemplo flagrante, muitos dizem que ela se tornou uma viela e que não temos sítio para estacionar. Eu lembro-me de uma avenida disforme, grande, larga, que tinha duas filas em cada sentido porque eram os que estavam estacionados e os que estacionavam a par de um lado e do outro, porque lembram-se que a avenida era larga, e víamos lá, naquela altura, exatamente antes de nós começarmos as obras, várias lojas fechadas. Neste momento não há uma única que não esteja em funcionamento. E diria ainda mais incrível. É um motivo de orgulho muito grande nós olharmos para a Avenida Doutor Eugénio Ribeiro e vermos as esplanadas a funcionarem mesmo em pleno inverno. Mostrem-me uma outra cidade aqui à nossa volta onde isto possa acontecer. Mas funcionam! E vocês vejam a pujança em termos comerciais e mesmo de serviços. É claro que não temos estacionamento para todas as pessoas que ali vão, mas é claro também que temos algum estacionamento e atenção eu não estou a negar o problema! Longe disso. Eu estou a dizer é que o problema tem duas faces, temos os que precisam de parar para estacionar e temos os que ficam incomodados com os que estacionam mal. E nós no nosso lugar temos que atender os dois! Nós temos sinais que estão aplicados muitos deles há muitos anos e que as pessoas pura e simplesmente não respeitam. Eu uma vez na brincadeira numa reunião de Câmara, já lá há uns anos, se calhar alguns dez, disse “Se calhar uma solução era fazermos como na Índia, tiramos os sinais todos e todos nos desenrascamos”. Porque às vezes e perante certos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cidadãos de Águeda ou que vêm a Águeda parece exatamente isto. Nós aqui à porta da Câmara, e desde há mais de vinte anos, está ali um sinal proibido parar e estacionar, não há dia nenhum que a seguir à placa, encostadinho à placa, lá não esteja um carro. Exatamente, também lá tenho visto o seu. Percebo! Acho absolutamente incrível, eu não sei que diga! Há uma coisa que eu não sinto responsabilidade que é o seguinte, o sinal faz sentido lá estar? Faz. Olhe, nem sequer fui eu que o lá mandei pôr, quando cheguei à Câmara já lá estava. Vale de muito pouco. Dá-me ideia que até os próprios fiscais do Município e os próprios GNR quando passam até acham já legítimo que esteja ali alguém. Se calhar, parece-me. Mas percebam, eu queria só realçar esta questão do estacionamento porque ela tem efetivamente duas faces. Tem o direito de estacionar mas também tem o direito de circular. Há uma coisa que nós estamos a fazer - e atenção! - no mercado continuam a haver lugares para estacionar. Mais, temos um parque verde de estacionamento lá e temos um charter urbano que as pessoas também podem usar. Eu diria que ainda não é muito funcional, mas aumentem a dotação e o uso daquele e nós provavelmente meteremos um segundo, um terceiro e um quarto. Agora, quem se queixa de não poder estacionar nem sequer o procura! Ele anda aí e anda aí bem visível e é muito utilizado já graças a Deus. Agora, nós fizemos parques de estacionamento e estamos dispostos e a ver onde podemos fazer mais. Estamos neste momento a encetar negociações para ver se conseguimos fazer um novo. É claro que não o conseguimos fazer aqui no meio da Venda Nova, é claro que não o vamos conseguir fazer no meio da Avenida Doutor Eugénio Ribeiro. Eu queria pedir sinceramente às pessoas que tenham um bocadinho esta coisa que fazem e vou dar o exemplo dos aguedenses que vão a Aveiro. Eu encontrei-me há dias com pessoas, e essas pessoas se me estiverem a ouvir sabem quem são, fui a Aveiro e naquele parque de estacionamento que está ali que não se paga, não sei muito bem explicar mas ali perto da avenida, cheguei lá, estacionei ali. Ia ali à avenida e estacionei lá e curiosamente no mesmo momento estava a estacionar um veículo com pessoas de Águeda. Um veículo que eu habitualmente vejo aqui parado, mal estacionado. Sabem para onde é que eles iam? Iam para o Tribunal a pé porque não queriam pagar o estacionamento. para o Tribunal de Aveiro! Não queriam pagar o estacionamento que lá têm por baixo e deixaram ali o carro porque dizem que até iam demorar umas horinhas e ficava ali muito bem. Certo. Essas mesmas pessoas, eu sei que quem me está a ouvir sabe de quem é que eu estou a falar, mas meus amigos isto efetivamente é assim, estão sistematicamente aqui mal estacionados. Queria-vos dizer que realmente este problema tem duas vertentes, se nos puderem ajudar a encontrar soluções estaremos naturalmente disponíveis, muito disponíveis para ouvir.-----

----- Depois, o Sr. José Vidal falou para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas eu queria lhe dizer que nós temos uma série de informação para entregar. Não sei se já foi entregue mas peço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

desculpa, a nossa vida acelerada e peço perdão por dizer com assuntos muito importantes e às vezes leva-nos a estas coisas, há ali informação que o senhor pediu que até está disponível no base.gov e, portanto, bastante acessível, mas não tem mal nenhum, nós fornecemos na mesma. E as contas, naturalmente, à medida que as vamos fechando vamos entregando até porque também essas são públicas. -----

----- Relativamente à questão do Deputado Mascarenhas, eu peço-lhe desculpa, eu acho que não tenho que responder, o senhor diz que nascem casas todos os dias em sítios inundáveis, eu não sei, não sei onde é que é isso, não faço ideia do que é que será. -----

----- Relativamente ao Deputado Mário Vasconcelos, ele fala-nos e pergunta naturalmente por obras e coisas que estão para acontecer e a acontecer já e que são naturalmente muito importantes. O eixo rodoviário Águeda – Aveiro ou Aveiro – Águeda, como lhe queiram chamar, é uma obra que está o projeto a avançar, estamos já numa fase em que estamos a fazer o cadastro, porque está firme já o traçado e até a localização dos nós e o sítio exatamente por onde passa a estrada e, portanto, estamos neste momento a efetuar o cadastro para vir aqui a esta Assembleia a declaração de utilidade pública e naturalmente para se iniciar o processo de expropriações que está contemplado em todo o processo que será, já agora um esclarecimento para as pessoas, não é a Câmara Municipal ou algum Vereador ou Presidente da Câmara que vai falar com as pessoas, vai haver uma empresa que trata disto. Eu queria aqui agradecer, porque se trata disso de agradecer mesmo, a todo um conjunto de alterações legislativas que têm vindo a sair e agora ainda esta semana saiu relativamente à questão da agilização dos processos de avaliação ambiental e de aprovação em termos ambientais, que era isto que nós vínhamos a falar que podia causar entraves Muito bem, mostra que o Governo está naturalmente atento a estas questões porque elas podem vir a ser impeditivas se entrarmos aqui em questões burocráticas excessivas e não tivermos capacidade de as ultrapassar rapidamente. Há mecanismos agora que estão aprovados e um deles, ainda esta semana, que tem que ver com as expropriações e também com estas questões de avaliação ambiental e, portanto, isto facilita-nos. Eu queria aqui dizer claramente que estou absolutamente convencido que a estrada vai ser uma realidade, as coisas estão a correr muito bem e tive uma reunião que até do ponto de vista financeiro, porque toda a gente já imaginou que os quarenta milhões serão mesmo logo em projeto algo e significativamente mais, mas também essa questão do financiamento não será problema, é isto que nos tem sido afiançado pelos vários intervenientes, nomeadamente até pelo próprio Governo. E, portanto, boas notícias por aí. -----

----- Relativamente ao Parque Empresarial do Casarão, nós já temos contratos firmados, temos concursos na rua, eu diria que aquela grande conquista que nós tivemos de ver aprovada a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

candidatura às áreas de acolhimento empresarial de nova geração, que agora afinal de contas, porque o IVA está incluído, não são vinte milhões e qualquer coisa, são quase vinte e cinco milhões, estamos rapidamente a fazer com que tudo aconteça. Ainda esta semana chegámos e fechámos o acordo, que depois será naturalmente um negócio que também terá que vir aqui, com a E-Redes e a REN no sentido de criarmos a tal segunda linha de alta tensão para o parque para que se conclua efetivamente aquilo que todos nós, afinal de contas, esperamos e que somos o piloto nacional da E-Redes no conceito de ilha de estabilidade energética. O que é que isto quer dizer? No futuro as nossas empresas que estão sediadas no Casarão vão ter a nível de capacidade do serviço e nomeadamente da fiabilidade do fornecimento de energia elétrica algo muito acima. Por exemplo, vai ser extraordinariamente difícil que hajam cortes ou micro cortes que são impeditivos e são importantes nos processos de fabricação, nomeadamente os mais tecnológicos, mais robotizados. As máquinas neste momento completamente informatizadas que estão a trabalhar, com um pequeno corte em todo um processo de fabricação, significa altos custos. Isto é ótimo, isto é capacitante para o nosso parque, eu diria que o nosso Parque do Casarão está a percorrer um caminho que, indiscutivelmente, o vai tornar como um dos melhores e mais qualificados do país e é este o nosso objetivo. Nós continuamos a receber empresas e empresas interessadas em fixar-se em Águeda. Hoje, tivemos a visita em Águeda e até a convite da ABIMOTA pelo BIKINNOV, do Secretário de Estado da Economia. Eu acompanhei na visita, no Parque do Casarão ouvi alguns empresários e muito sinceramente ouvi muitas coisas boas e muitas coisas boas que estão a acontecer no nosso Concelho. E que estão a acontecer no nosso Concelho por força de tudo isto, porque isto tudo que está a acontecer está a dar muito boa denota de nós mesmo para quem nos procura, para quem quer investir em Águeda e isto é muito bom. Gostaria efetivamente que todos nós tivéssemos essa perceção. Águeda, que há uns tempos eu dizia que está na moda, não, Águeda está efetivamente com uma força muito significativa. Porque este movimento à nossa volta também se traduz num aumento significativo na cidade. E isso é muito bom, estamos a trabalhar em todas as frentes e vamos continuar. Já agora mais uma nota porque temos a via de acesso do Parque do Casarão ao IC 2, que também está contemplada no PRR, e temos o projeto já praticamente concluído. Estamos em negociações finais com o IP por causa da via da Nacional Número 1, nomeadamente de acordo com o que aqui veio a esta Assembleia ainda há muito pouco tempo, para que seja transferida a titularidade deste eixo da antiga Número 1, aqui neste espaço, para que possamos torná-la finalmente uma via urbana e deixarmos de criar uma série de constrangimentos, nomeadamente e principalmente às empresas, por um IP que neste momento ainda trata esta estrada como se ela fosse uma estrada nacional e tivéssemos que ter ali todo um conjunto de outras situações que são aplicáveis a estradas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nacionais mas não a uma via urbana que precisa rapidamente de ser. Só uma justificação, para termos presente as dificuldades que vamos sentir durante um tempo enquanto vamos estar a fazer aquela rotunda desnivelada que vai acontecer ali perto da cerâmica do Alto, estamos a acelerar muito rapidamente a construção daquela variante da Canada, porque depois perspetivamos durante algum tempo que aquilo nos ajude a desviar algum trânsito por ali porque vai ser absolutamente fundamental. Se calhar isto é planeamento, isto é estratégia e que temos que pensar nele e naturalmente que o estamos a fazer dessa maneira. -----

----- Relativamente ao Deputado Paulo Tomaz e a questão do mercado municipal. O mercado municipal é uma obra que efetivamente me está a preocupar e que está a ocupar bastante tempo, muito mais tempo do que aquilo que todos nós prevíamos que acontecesse. Eu queria lhe dizer que se me contassem a história que ali aconteceu eu não acreditava. Porquê? O projeto do mercado, primeiro, não havia nenhum projeto anterior para coisíssima nenhuma. Havia anteriormente um gabinete de arquitetura e de engenharia contratado. Isso sim havia. E esse mesmo faz um projeto, única e simplesmente aquilo que nós pegámos foi um projeto efetivamente com outro nível porque esse gabinete chegou até à Câmara de Águeda por um concurso público e, portanto, nada a dizer, é um gabinete de Vila Franca de Xira, ganhou um concurso público e estas questões dos concursos públicos naturalmente são assim e nós temos que aceitar. O projeto seguiu, foi seguindo, não posso dizer que não tenha tido algumas questões e alguns problemas que se foram resolvendo. E atenção, eu acho que esta é a única ou pelo menos é muito rara a obra que o Município tenha feito que não tenha tido um projetista, um gabinete projetista e um gabinete que lhe tenha feito a revisão do projeto conforme diz a lei para obras de maior envergadura. Portanto, nós tivemos um gabinete externo que faz o projeto e temos um gabinete externo contratado que nos faz a revisão do projeto. Atenção, aplica-se tudo aquilo que disse relativamente ao empreiteiro, não fosse o empreiteiro, no período de erros e omissões, ter questionado o gabinete projetista acerca de determinadas questões que lá estavam e terem recebido respostas ou negativas ou pelo menos de que o problema que não existia e afinal de contas o que é que aconteceu? Um conjunto de problemas que o empreiteiro na fase de erros e omissões levanta vem-se a verificar quando ele está para arrancar na obra. Como diz a lei, o que é que acontece? Nós perante aqueles problemas questionámos o gabinete projetista, o gabinete projetista foi dando respostas evasivas até que chegou à conclusão e deixou pura e simplesmente responder. Criámos aqui uma situação e uma situação legal complicada porque tínhamos que perceber como é que vamos continuar? E só depois de resolvermos a rescisão com o gabinete projetista é que pudemos fazer o tal contrato que falou com outra empresa projetista, para nos fazer as alterações necessárias ao projeto para podermos avançar com esse projeto. Se me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

contassem que um gabinete com um projeto feito e revisto por outro gabinete diferente, viria a ter um conjunto de problemas, e são problemas de incongruência, problemas de falhas que efetivamente se vieram a verificar que eram graves... Fizemos essa alteração de projeto e estamos neste momento a avaliar com o empreiteiro todo o impacto que isto tem. Aquele valor que falou é um valor estimado pelo projetista. Pelo projetista, este novo projetista, um valor estimado, que diria, espero eu, que seria o valor máximo e que não iremos para aquilo mas naturalmente que estamos a avaliar esta situação, e meu amigo, eu neste momento não lhe consigo dizer. Estou, primeiro, permanentemente acompanhado em termos jurídicos para este processo, exatamente por isso, e com a certeza de que aqueles gabinetes, tanto o projetista, como o revisor, vão ter que responder perante estas situações. Nós estamos a tratar disso, o gabinete que nos está a acompanhar está plenamente consciente disso, tem indicações para que o faça e teremos que o fazer sem sombra de dúvida. O que temos que fazer, na sua plenitude, estamos a avaliar porque estamos com o próprio empreiteiro a perceber os custos, como é que fazemos, quais são os valores dos contratos adicionais, o que é que no projeto completamente revisto é trabalho contratual e o que não é contratual e estamos a avaliar isto tudo. O 2020 tem uma comparticipação, como diz, há uma coisa que eu tenho neste momento completamente definida e tratada na CCDR, esta obra também transita, é uma daquelas poucas obras que acontecem, que vai ser feita nos dois quadros. Ela também transita para o 2030. E, portanto, teremos financiamento no 2030. Naturalmente que vos vou dando conta daquilo que vai acontecendo neste processo mas muito sinceramente é daquele tipo de processos que ninguém imagina quando se começa uma obra, quando se começa uma coisa qualquer. Tranquilo mas naturalmente preocupado, preocupado porque queremos naturalmente salvaguardar sempre os interesses do Município e isso é o primado que nos rege e que estará sempre presente. Vamos vamos ter que tomar decisões, que tenhamos consciência plena de tudo, de todo o leque, para fazermos aquilo que é imperativo fazer. Agora, dizermos numa nota, as obras estão a funcionar porque estão neste momento a fazer as estacarias, é a parte da obra que não se vê, há as estacarias em profundidade, que estão a fazer e que naturalmente, quem passa parece que não está a acontecer nada, mas está. Todos os dias a obra está a andar numa fase com trabalhos que estão plenamente adjudicados e que estamos a deixar que aconteçam até vermos o que é que se vai passar a seguir. Muito obrigado Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado José Vidal, quer intervir? Faça favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Câmara, agradeço-lhe ter respondido, portanto, que os documentos já estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

prontos e embora já tenha passado dois meses agradecia, que depois me sejam enviados dentro dessa situação.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, agora atalhando a sua intervenção, até porque ia-lhe colocar essa questão no final, a minha pergunta é se mantém...-----

-----**Deputado José Vidal:** “Não, se me vão ser entregues.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, era para a Mesa perceber.-----

----- **Deputado José Vidal:** “O Sr. Presidente é que tem que me responder. Se o Sr. Presidente os tem para me entregar.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Se os tivesse já lhos tinha enviado.-----

----- **Deputado José Vidal:** “Está bem, mas o Sr. Presidente da Câmara disse que ia enviar.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Agora, o que temos é a resposta do Sr. Presidente.-----

----- **Deputado José Vidal:** “Que vai enviar a si e depois o senhor entrega.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Pronto, era isso. Muito obrigado.-----

----- **Deputado José Vidal:** “Eu tenho aqui uma questão, Sr. Presidente da Câmara. Há bocado como o PSD chumbou a proposta de transmissão das reuniões, visto que não quer dar acesso à maioria da população àquilo que se passa nas reuniões de Câmara, e visto que eu também não tenho acesso às mesmas, há aqui uma proposta que o Partido Socialista fez há tempos na reunião de Câmara, e que também já foi abordado aqui nesta Assembleia, que é a questão do boletim municipal não ter um espaço para as posições dos Vereadores de oposição, visto que eles pertencem ao órgão executivo Câmara Municipal. E quando vemos o boletim municipal vemos o Sr. Presidente, e bem, porque é a pessoa que encabeça o Executivo, aparecer muitas vezes e os outros, não sei quê, mas não se vê as propostas, nem uma. E eu acho que os Vereadores da oposição pelo menos já devem ter feito durante um ano alguma proposta. Julgo eu! Ouvi falar aí mais de trinta, mas julgo eu que pelo menos uma deve ter aparecido. É que não há nenhuma no boletim municipal, Sr. Presidente. Pior ainda, e visto que o PSD chumbou o acesso, nós temos que tentar tudo. Nas redes sociais do Município ainda não saiu nenhuma posição dos membros do Executivo da oposição. Nas redes sociais do Município, quando há o assunto habitação, os Srs. Vereadores poderão, se eles quiserem assim, fazer um texto sobre habitação e colocar na rede social do Município. Portanto, eu acho que já que não temos a transmissão pelo menos temos que aproveitar e essa proposta não foi aprovada pelos vistos pelo Executivo e não está a ser cumprida, embora colida com os direitos da oposição como nós também já solicitámos antes. E mais! Com os direitos de transparência naquela lei da corrupção que é a expressão dos direitos da oposição nos órgãos do Município, seja neste caso escrito no boletim municipal, seja nas redes sociais. Portanto, solicito-lhe que brevemente arranje um espaço para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nós fiquemos a conhecer, visto que não me dá muito jeito, às vezes que estou a trabalhar e certamente a maior parte das pessoas, ir lá às quintas à tarde, de quinze em quinze dias, para poder ser presente. Isto aprende-se no liceu, em qualquer curso de direito, em qualquer outro, que o acesso à informação deve ser facilitado. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente, para terminar.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, a questão do boletim municipal, eu diria que genericamente o boletim municipal de Águeda segue exatamente os mesmos critérios editoriais da generalidade dos boletins municipais dos Municípios do país. Já agora queria-lhe dizer que todas as propostas e o resultado das suas votações vão invariavelmente na parte final do boletim e, portanto, estarão indiscutivelmente todas as propostas que foram agendadas e, naturalmente não estamos aqui a discriminar se foram feitas por A, por B ou C, portanto, deve haver aí um erro qualquer porque efetivamente elas estarão lá com toda a certeza. Eu julgo que sim, porque eu não estive a ler exaustivamente e com essa preocupação, mas julgo que sim. Muito obrigado, Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Vamos então encerrar o período de antes da ordem do dia e passemos ao período da ordem do dia e os pontos são vários.-----

----- Desculpe, tem razão, falta de lembrança, muito bem e agradeço a vossa atenção. A proposta do Sr. Deputado António Mascarenhas foi aprovada por unanimidade, e vamos cumprir o minuto de silêncio pelas vítimas do sismo na Turquia e na Síria, conforme consta da mesma. [**Minuto de silêncio de 01:55:50 a 01:56:50**] -----

----- Obrigado a todos. Conforme dizia, vamos passar aos pontos da ordem do dia.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **2.1 Apreciação e votação da Proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Inscrições para o ponto. Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Recardães e Espinhel, se faz favor.-----

----- **Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Senhoras e Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta, Senhoras e Srs. Deputados Municipais, comunicação social que não está cá, público que nos assiste através da Águeda TV, aos meus fregueses aqui presentes, aos membros da minha Assembleia aqui presentes, a quem eu cumprimento com um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

abraço especial, tenho ali alguns amigos, minhas senhoras e meus senhores. Estamos aqui hoje nesta casa da democracia que é de todos nós, cidadãos do Município de Águeda, para discutir e votar a proposta de desagregação das Freguesias de Recardães e Espinhel. Em face da natureza do tema e do cargo que exerço como Presidente da Junta da União de Freguesias da Recardães e Espinhel não podia deixar de fazer uma intervenção sobre este tema e deixar à vossa consideração e reflexão duas questões, uma primeira de carácter formal que é a seguinte: tanto quanto eu sei, e não sou jurista, penso que todos os prazos legais para apresentação desta proposta já terminaram. Assim como a referida proposta fala lá em erro manifesto e excecional que cause prejuízo às populações, o que não me parece que tenha sucedido neste caso. Eu digo que não sou jurista e, portanto, não sei se o prazo terminou ou não, mas segundo informações da ANAFRE, a quem eu recorri mais do que uma vez e uma das vezes não foi há muitos dias, a ANAFRE primeiro começou por me dizer que efetivamente o prazo já terminou a vinte e um de dezembro, segundo que o erro manifesto e excecional que aí caberia tudo o que se quisesse lá meter, mas que também se fosse levado à risca poucas seriam as Uniãos de Freguesia deste país que se desagregavam. E mais, meus senhores, a ANAFRE e nomeadamente os seus juristas, ou uma jurista com quem estive a falar, ela disse-me: “Sr. Presidente, o senhor acredite se quiser mas eu sou confrontado aqui diversas vezes e já fomos confrontados diversas vezes com os serviços da Assembleia Municipal” da Assembleia Municipal não, desculpem, “da Assembleia da República a questionarem-nos a nós, ANAFRE, sobre uma lei que eles promulgaram”. Primeiro, quando é que acaba o prazo? Segundo, o que é o erro manifesto? E nós ainda há dias respondemos aos serviços da Assembleia da República a dizer “Que diabo! Então mas foram os senhores que fizeram a lei e estão-nos a perguntar a nós para interpretarmos nós a lei?”. Pelo que, meus caros senhores, isto é um processo político, puramente político, e como é político nós podemos esperar tudo até que o prazo seja dilatado, quer dizer isto é uma coisa “*ad hoc*”, o que está lá escrito é para inglês ver, não é? Isso não conta nada, as pessoas fazem quando querem e lhe apetece e está tudo muito bem. Isto é quanto à questão formal da desagregação. Quanto à questão substancial, que é aquela que de facto nos interessa ou interessa aos fregueses da União de Freguesias de Recardães e Espinhel, que isso é que importa, na tomada de decisão de desagregar ou não as Freguesias deve-se ter sempre em conta o bem-estar e a qualidade dos serviços prestados à população. Portanto, isso é que de facto deve contar. E então eu devo-vos dizer o que é que começou por acontecer com a agregação, que isso é bastante mais importante do que até estarmos a falar na desagregação, porque com a agregação a nossa União de Freguesias reforçou os meios humanos e financeiros ao seu dispor, nomeadamente manteve duas secretarias abertas a tempo inteiro, reforçou os seus serviços prestados nessas mesmas secretarias e para os senhores terem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

noção do reforço desses serviços, os senhores imaginam quantas pessoas no ano passado procuraram as nossas secretarias só para fazer a renovação da carta de condução? Os senhores não imaginam pois não? Nem têm noção disso. Setecentas e vinte! Diz bem do serviço que nós prestamos à população. Isto para não falar de tantos outros serviços que nós prestamos, não é? Depois temos que ver também que essas secretarias fizeram aquilo que muito poucas fizeram. Durante uma pandemia, uma famigerada pandemia que nós tivemos, que todos passámos infelizmente por elas, as nossas secretarias estiveram abertas o tempo inteiro, fizeram serviços que os serviços públicos não queriam fazer e não fizeram, mas elas fizeram-no! Não só as nossas secretarias como o nosso pessoal. Infelizmente por força de circunstâncias tivemos que os redirecionar para outros serviços. Tivemos. Mas eles estiveram lá, não se acobardaram e foram para casa e pôr-se atrás de um biombo como muitos serviços públicos fizeram. E isso é preciso ter em conta. Assim como depois temos a questão das verbas, eu devo-vos dizer que as verbas alocadas a uma União de Freguesias por força dessa agregação são substancialmente superiores em relação às Freguesias separadas por si e essas verbas, nomeadamente do FEF e da própria Câmara Municipal são completamente diferentes! São completamente diferentes. Assim como por força desse reforço de verbas que nós tivemos, eu vou-vos dar um exemplo de uma medida do qual a União de Freguesias foi pioneira no Concelho de Águeda, que foi o apoio à natalidade nas crianças nascidas na nossa Freguesia. Eu devo-vos dizer que a nossa União de Freguesias foi pioneira no Concelho de Águeda com essa medida. Pois, meus amigos, esta é uma das medidas que a haver desagregação nenhuma das Freguesias tem capacidade para a fazer sozinha. Mas há mais! O reforço de verbas, e nisto tenho que agradecer à Câmara Municipal o esforço que fez já neste mandato e no mandato anterior para aquisição de máquinas e apetrechamento de máquinas para as Juntas de Freguesia e nós somos um exemplo, no Concelho de Águeda, onde isso é efetivo e está aqui um senhor que está a olhar para mim que pode testemunhar aquilo que eu vou dizer agora, nós temos uma capacidade a nível de máquinas que nos torna totalmente autónomos da Câmara Municipal. Felizmente. E porquê uma situação destas? Porque nós cada vez temos menos pessoal para trabalhar. Mão de obra e mão de obra qualificada para trabalhar com essas máquinas porque muito poucos devem saber aqui que a partir do final deste ano, dois mil e vinte e três, para se andar com uma simples máquina na via pública, um tratorzeco que seja, tem que se ter carta, estar habilitado, ter formação profissional condizente para andar com ela. O que é que isto significa meus senhores? Significa que nós cada vez temos mais dificuldade em arranjar pessoal para trabalhar e para desenvolver esses serviços. Mas as máquinas dão-nos outra capacidade. Eu devo-vos dizer que nós ontem começámos no cemitério de Recardães a fazer doze sepulturas, não fosse meter-se o fim de semana, portanto, e hoje nomeadamente os nossos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

funcionários não trabalharam de tarde, e devo-vos dizer que no final da próxima semana nós tínhamos doze sepulturas colocadas no sítio. Prontas a compactar e a levar granitos. Eu devo dizer e desafio aqui os meus colegas Presidentes de Junta que me digam qual é a Junta, das vossas Juntas, que tem capacidade para fazer uma coisa dessas. Provavelmente nenhuma. Mas nós temos e nós fazemo-lo. E nós fazemo-lo porquê? Porque fizemos esses investimentos fruto da capacidade que nos foi conferida com a agregação. Por isso mesmo é que o fizemos e é que conseguimos fazer isso. Mais uma vez um agradecimento à Câmara Municipal por nos capacitar para isso. No que diz respeito ao apoio ao associativismo, portanto, às IPSS da nossa Freguesia, assim como a nossa preocupação constante com o nosso Centro de Saúde. Não tem estado a funcionar muito bem, penso que agora estará, pela informação que tive durante esta semana, penso que estará e irá começar a funcionar melhor o que para nós nos satisfaz. Isto para dizer que isto só é possível com a grandeza de escala que nós conseguimos com a agregação. E devo-vos dizer que a haver a desagregação tudo isto é posto em causa. Mas, literalmente. Não tenham a menor dúvida. Agora, se as pessoas querem ficar orgulhosamente sós, eu não vou por esse caminho nem estou disposto a corroborar com as pessoas para irem por esse caminho. Fala-se muito na questão da identidade das Freguesias. Meus senhores a identidade das Freguesias não se perdeu! Ou nós fazemos com que ela não se tenha perdido. Eu não sei os meus fregueses já repararam ou as pessoas que visitam Recardães ou Espinhel que ao pé da secretaria de Recardães está lá um brasão de Recardães, mas curiosamente também está um brasão de Espinhel junto à secretaria de Espinhel. Se tivéssemos perdido a identidade estava lá o logotipo da União de Freguesias e não está. Não está porque a identidade das Freguesias mantém-se, os seus usos e costumes mantém-se, nós fazemos questão de que se mantenham. Não só por nossa força mas também pela força que damos às nossas associações. Portanto, não é pela identidade. Assim como fala-se muito no eventual favorecimento de uma Freguesia em relação à outra. Meus senhores, só pode dizer isto de facto quem anda muito desatento porque se algum dos senhores quiser que eu lhe demonstre o contrário eu demonstro-lhe o contrário e depois vocês vão perceber que não é assim como se diz. E, aliás, eu acho que os membros da minha Assembleia de Freguesia têm essa perceção porque sempre que eu sou questionado sobre isso, e eu faço questão de responder e de elucidar, e faço questão mesmo de elucidar algumas coisas que eles até não perguntam mas que eu faço questão de elucidar e eles sabem perfeitamente que é assim, que tem havido uma repartição equitativa dos dinheiros transferidos e dos dinheiros disponíveis para fazer obra. Portanto, não é por aí.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Peço que conclua o mais breve possível, Sr. Presidente. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Recardães e Espinhel:** “Com certeza Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Presidente. Quanto à vontade da população no que diz respeito à desagregação, eu devo-vos dizer que eu não tenho sentido isso. Curiosamente das pessoas que me questionam sobre o assunto, eu faço questão de lhes explicar o porquê de eu ser contra e depois de lhes explicar, como vos estou aqui a explicar a vocês e estou a explicar a estes membros da Assembleia, as pessoas olham para mim e dizem-me “Sr. Presidente, o senhor por esse prisma o senhor é capaz de ter razão”. Portanto, não há uma vontade tão grande e tão férrea como se diz por aí que a desagregação tem que suceder e tem que avançar e tem que ser porque noventa por cento da população, das Freguesias de Recardães e Espinhel é a favor da desagregação. Eu não acredito nisso, nem isso é uma realidade. No que diz respeito aos problemas sentidos pela Autarquia e as queixas da população. Meus senhores, se vocês procurarem a qualquer Presidente de Junta que está aqui, que é o meu colega, e que não faz parte de nenhuma união, os problemas são os mesmos! As questões são as mesmas! Os problemas que eles colocam aos Presidentes de Junta são sempre os mesmos, seja em Fermentelos seja em Belazaima e Agadão, seja em Aguada, os problemas são sempre os mesmos. Portanto, não é a questão da agregação que veio trazer esses problemas porque os problemas são próprios, são estruturais e são mesmo assim. Por isso meus senhores eu deixo aqui este conjunto de questões e esta reflexão que eu peço nomeadamente aos meus colegas Presidentes de Junta que se ponham na minha posição e perante os factos que eu explanei agora aqui se vocês votariam a favor da desagregação. Por mim eu votarei contra. Tenho dito, Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Mais alguém quer usar a palavra neste ponto? Passemos à votação. Desculpe. Sr. Deputado Humberto Moreira, vai usar da palavra? --

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “A exemplo de outros processos que vieram aqui a nossa visão mantém-se inalterada em relação aos pressupostos que devem validar uma votação neste caso. No entanto, não existe aqui da nossa parte unanimidade no que toca a um alguns pressupostos que são fundamentais, nomeadamente sobre o facto, e começando aqui de uma ponta, temos um Executivo que pela opinião e por aquilo que ouvimos da explanação do Sr. Presidente, que ele aqui trouxe, é contra. Temos um processo que decorreu, e não à imagem de outras Freguesias onde isto aconteceu onde os nossos grupos locais de Freguesia e eleitos locais não foram chamados a participar no processo, nos outros isso aconteceu, não temos provas cabais, digamos, nem manifestos com assinaturas, não temos sessões de esclarecimento onde possamos ver que houve uma participação ativa com o volume considerável para podermos aferir que é uma vontade expressa da população. Temos algumas dificuldades em tomar uma posição, o nosso Grupo Municipal, do ponto de vista corporativo e manifestá-la. Portanto, o nosso sentido de voto será pessoal e não haverá uma tomada de posição do nosso grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

principal. Ficará à consideração de cada um votar porque entendemos que não estão reunidos os pressupostos para podermos tomar uma posição conjunta. Tenho dito Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz.-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel e cidadãos, muito especialmente os que aqui estão hoje e também os que nos acompanham à distância desta União de Freguesias. Em boa hora podemos ter esta discussão, em boa hora as populações e os órgãos que a representam nas Freguesias, nas Uniões de Freguesias, podem ter esta reflexões e abrir estes processos, o PS foi uma proposta, uma promessa do Partido Socialista há anos atrás e em boa hora podemos discutir estas hipóteses. Da mesma forma, em boa hora, as Assembleias de Freguesia, no caso Assembleias da União de Freguesia, podem debater e podem posicionar-se, coisa que no anterior processo, que foi o processo de agregação, não aconteceu da mesma forma. Portanto, nessa medida, sendo muito respeitável a posição de quem quer a desagregação e sendo também muito respeitável a posição de quem não quer, o que parece fundamental ao Partido Socialista é que independentemente do resultado que este processo venha a ter, ou seja, no final quem tem de decidir que é a Assembleia da República se vier a decidir pela desagregação ou se vier a decidir de que tal não deva acontecer o essencial é que as pontes que existem e com o trabalho cidadão das pessoas da vossa União de Freguesias e dos políticos também, dos responsáveis associativos com as mais variadas sensibilidades, que esse trabalho e as pontes que existam possam não ser quebradas, mesmo que a União de Freguesias venha a ser desanexada como é a posição manifestada pela Assembleia local. Portanto, nessa medida foi aqui referida uma problemática formal ligada à tempestividade ou há possível intempestividade deste processo, nós consideramos que não devemos fazer nesta instância essa avaliação e, portanto, o Partido Socialista posiciona-se aqui, o Partido Socialista de Águeda, numa posição de não impedir nesta sede, na Assembleia Municipal, que a Assembleia da República, que é quem terá de decidir no final, possa apreciar e decidir com os argumentos e com a instrução natural do processo. Portanto, o Partido Socialista genericamente vai abster-se, tal como tem feito, a incoerência nos vários processos que assim têm sido trazidos, porque não faria neste caso e neste contexto, não tomaria uma atitude de contrariar aquela que foi a posição manifestada pela maioria da Assembleia da vossa União de Freguesias e do mesmo modo achamos que quem representa mais diretamente as populações deve poder colocar a quem tem o poder de tomar esta decisão afinal esta mesma intenção. Portanto, o desejo que fazemos para as populações das duas Freguesias agora unidas é que as coisas corram da melhor forma possível, esperemos que este processo possa ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

avaliado por quem tem de avaliá-lo e decidi-lo e independentemente do resultado que venham a ter as pessoas que militam e simpatizam com o Partido Socialista na vossa União de Freguesias e a nível municipal continuarão a contar com elas, com o seu carinho e com a sua atenção e desejo-vos a melhor sorte.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.--

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, esta é a quarta vez que somos chamados a pronunciar-nos sobre uma possível desagregação de Freguesias no nosso Concelho. Mas tanto quanto eu pude compreender e, aliás, pudemos compreender da proposta, esta é diferente porque não se escuda na questão do erro que eventualmente tenha sido cometido à de início, mas não, tanto quanto li é uma proposta que visa a desagregação de Recardães da União de Freguesias. Ora, por absurdo que pareça não encontramos nenhuma ilegalidade nem nenhuma impossibilidade disto acontecer e todos os argumentos que foram aqui trazidos pelo Sr. Presidente da União das Freguesias da Recardães e Espinhel eu dou-lhes valor, eu compreendo-os, aliás eles valem exatamente para as outras Uniões de Freguesia. Exatamente nos mesmos termos que utilizou, provavelmente dura até mais no caso da sua União de Freguesias, isso depende naturalmente da forma como são exercidos os mandatos, mas sem dúvida que no caso das outras também. E chama a atenção para isto. É evidente que há agitação política e oportunismo político por trás disto tudo. Aqui há um ano e meio quando houve eleições não me lembro de ter visto isto plasmado em nenhum programa eleitoral e, portanto, das duas uma, ou se falava na altura e quem votava sabia qual era a posição de quem ia ser eleito ou então fazia-se um referendo local para saber e auscultar concretamente a população e que percentagens já agora da população é que está sensível a este tema. Nem uma coisa nem outra foram feitas. Além disso tudo isto esquece uma coisa elementar, a reforma que foi feita, foi feita em Águeda pelo CDS e o pelo PSD de Águeda com a maioria dos membros, dos representantes das Juntas de Freguesia nesta Assembleia e era um processo integrado que visava dotar Águeda de uma Freguesia urbana, francamente urbana que é a Freguesia de Águeda à qual obrigatoriamente se tinha de anexar ou a Borralha ou Recardães ou eventualmente as duas. Ficava com duas Freguesias grandes com uma pendência claramente rural que são as cinco Freguesias da zona serrana. E ficava com um conjunto de oito Freguesias marcadamente semiurbanas. E, portanto, o território ficava, em termos administrativos e apenas em termos administrativos, mais homogéneo mais harmónico do que aquilo que existia antes. O que faz todo o sentido porque aquilo que existia antes foi criado há cento e cinquenta anos com uma exceção, a Freguesia da Borralha. A Freguesia da Borralha foi criada no final da década de oitenta. E, portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

não é uma criação de há cento e cinquenta anos que está completamente desarticulada da realidade. Pelo contrário. Essa alteração administrativa foi feita muito recentemente e só por força da lei, tal qual foi criada em dois mil e doze, é que se viu forçada a ser agregada porque senão nunca seria. Faz sentido para muita gente, e como se viu para a Assembleia de Freguesia da própria União de Freguesias, faz sentido que Águeda e a Borralha estejam separadas, não apareceu uma voz a defender o contrário. Neste caso, nesta União de Freguesias, temos outra diferença, é que reparem, eu estava a dizer que nós ficando com onze Freguesias ficávamos com um território mais homogéneo mas há outro efeito! É que a própria representatividade do voto popular nesta Assembleia fica mais verdadeira e se calhar é por isso que há forças políticas interessadas em voltar a ter muitas Freguesias. É que o PSD Juntos não teve maioria absoluta na votação para a eleição dos membros desta Assembleia. Não teve. E o PSD Juntos por Águeda tem permanentemente maioria absoluta nesta Assembleia por força da coligação entre os seus membros e eleitos diretamente pelo povo para cá estarem e pelos senhores presidentes de Junta de Freguesia que agem em sindicato de voto a favor da Câmara Municipal, o que deturpa completamente a vontade popular. Claro que havendo mais Freguesias há mais hipóteses de ganhar Freguesias e eu compreendo a vontade, a tentação de altos representantes com responsabilidade política em concelhias de partidos políticos em Águeda tenham de se imiscuir neste processo ou até de o tentar assumir ou de o assumir mesmo. Nós não o fizemos porque temos uma ética de compromisso que perdura para além das pessoas. -----

----- No caso vertente, como disse, cada um dos membros do Grupo Municipal do CDS fará o seu juízo sobre esta proposta, mas tenho de dizer que se por acaso fossem admitidas as desagregações de Barrô e Aguada de Baixo, de Águeda e Borralha, Castanheira, Agadão e Belazaima, nós ficaríamos com uma desconfiguração completa da nossa realidade autárquica de Freguesia. Ficávamos com um conjunto de uniões e territórios maiores a norte e depois tudo separado a sul. E isto proferiu, desculpem, é o que me dizem e eu vou dizer aqui, por força da vontade política de pessoas, de dirigentes do PSD. Ora então, se é para dividir essas então também faz sentido dividir Recardães e Espinhel. Porque fica mais homogéneo o concelho. Se é para estilhaçar então quanto mais partido melhor. Eu creio e espero sinceramente que chegadas à Assembleia da República todas estas propostas, ou a maior parte pelo menos, dos diversos Concelhos vão-se deparar com a necessidade dos Srs. Deputados esclarecerem qual é o espírito da lei, o que é que eles querem dizer com aquela exceção que criaram e onde aparentemente cabe tudo, como aqui disse o Sr. Presidente e muito bem. Eu acho que cabe mesmo muito pouca coisa. Mas isso é a minha opinião. Vamos ver o que é que dizem os sábios que nos regem, que criaram este problema e agora estão a criar um maior ainda. Porque aquilo que criaram, apesar de tudo, tinha uma certa lógica e uma certa homogeneidade. Este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estilhaçar de algumas e o manter de outras cria um quadro autárquico que é completamente esquizofrénico. E que varia de Concelho para Concelho consoante as maiorias que há. Portanto, isto não faz sentido nenhum. Muito obrigado Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Presumo que não há mais intervenções para este ponto. Vamos colocar a proposta à votação.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia “**chumbou**”, **por maioria**, com dezoito votos contra dos Juntos Por Águeda PPD/PSD.MPT, sete abstenções do PS e cinco votos a favor do CDS, a proposta de Desagregação de Freguesias que integram a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, nos precisos termos em que foi apresentada, no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, conjugado com o n.º 6 do artigo 12.º da referida Lei.-----

----- **2.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para aceitação das competências na Área Social – Alteração do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, neste processo que nós conhecemos relativamente à assunção de competências na área da ação social, a Câmara Municipal de Águeda não assumiu e deixou para a última oportunidade em que tivesse que o assumir e isso foi benéfico porque, nas negociações entretanto encetadas tivemos algum benefício financeiro que naturalmente reverterá para o nosso movimento social. Esta proposta é uma proposta para adiarmos a assunção destas competências para o dia três de abril deste ano em que a Câmara Municipal efetivamente assumirá essas competências. Muito obrigado Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Alguém quer intervir no ponto?-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para aceitação das competências na Área Social – Alteração do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto.-----

----- **2.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração Modificativa n.º 1;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente quer explanar o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Naturalmente que há aqui necessidade de criação de nova rubricas, nomeadamente para aquisição de imóveis urbanos de interesse para a Autarquia, aquisição de terrenos para urbanizações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e outros fins municipais. Também temos o reforço da rubrica relativamente às despesas com pessoal, por via da proposta de alteração da estrutura orgânica, a aquisição de algumas viaturas que temos em algumas candidaturas que fizemos, nomeadamente viaturas elétricas e para a ação social escolar, para a prestação de serviço. Portanto, estamos aqui a fazer a integração de parte do saldo de gerência e de uma verba que nos chegou por adiantamento de cerca de dois milhões de euros já relativamente ao PRR e nomeadamente às áreas de acolhimento empresarial. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Há alguma inscrição para o ponto? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente, nós vimos que há aqui uma alteração que ronda os dois milhões e oitocentos mil, em que oitocentos mil é que são transferidos para o plano e orçamento, sendo que os dois milhões, ou será que eu vi isto mal, disse agora ao Sr. Presidente que foi para o parque empresarial ou que vai para o parque empresarial. Não sei como é que isso se vai refletir. Há ali para já opções, custos com pessoal e nós isso não dominamos, os custos com o pessoal é uma opção do seu presidente e do Executivo, a questão dos oitocentos mil e daquilo da rubricas que abre nós também até podemos achar alguma parte positiva no que tem a ver com a parte da habitação, eu acho é que estes dois milhões e oitocentos mil deveriam ir mesmo só para isso Sr. Presidente, era mesmo só para a habitação. É para fazermos alguma coisa, como se vai ver mais à frente, em que ainda não foi aprovado o projeto só do primeiro direito, fora os outros dos terrenos para construção a custos moderados, etc., etc. Nós não temos projeto nenhum! A nossa estratégia de habitação está totalmente desatualizada, não é nada de nada e o senhor quando tem uma oportunidade investe, pronto, é uma opção, os dois milhões e oitocentos mil euros, que tem uma oportunidade, dá um sinal da aquisição de terrenos, não tem é estratégia nenhuma nem sequer a sério o que é que deveria fazer quando deveria avançar nem que seja com dois milhões já para uma política de habitação o mais rápido possível de aquisição de terrenos, de ponderação, de transformação para a classe média de habitação. Portanto, eu não posso estar a concordar com essa passagem, é lógico que é normal e é legal, no entanto, irei votar contra visto que não concordo com as opções mínimas que assume nessa transferência. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguém quer intervir no ponto? Muito bem. Vamos colocá-lo então à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

maioria, com dezassete votos a favor dos Juntos Por Águeda PPD/PSD.MPT, seis contra do PS e três abstenções do CDS, a proposta da Câmara Municipal de Alteração Modificativa n.º 1.-----

----- **2.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da Nova Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Águeda;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, esta nova estrutura preconiza-se que seja uma estrutura orgânica e que seja algo que tenha mutações, naturalmente, e desde algum tempo e até por via da lei numa altura de grave insuficiência económica fizemos uma estrutura completamente horizontal em que temos chefes de divisão, sobretudo, e para baixo e para cima não há níveis de responsabilidade. Eu penso que isto acaba por tornar todo este funcionamento da estrutura municipal eu diria que demasiado letárgica, chamemos-lhe assim, porque o nível de responsabilidade fica ali e depois a partir dali acima e abaixo não existe rigorosamente nada. Eu dá-me ideia que com esta estrutura muito mais vertical e com níveis de responsabilidade, mesmo com níveis de chefia mais baixos, permite-nos criar um outro tipo de política e de espírito, de crescimento e de interação sobretudo com o nível de responsabilidade mais abaixo. Eu se tivesse aqui que dizer as grandes propostas e aquilo que nós preconizamos com isto naturalmente que chamaria maior nível de responsabilização, maior eficácia e sobretudo um melhor desempenho que nós procuramos com toda a estrutura. Eu diria que é muito mais desafiante, muito mais desafiante para os próprios funcionários perceberem que podem aspirar a uma carreira que não seja meramente horizontal e sem qualquer tipo de perspetivas. Há aqui também uma figura que nos afigura importante que é criarmos condições de próprio futuro até a nível das próprias chefias e daquilo que são as perspetivas, porque as atuais chefias são-no há imenso tempo e não há outras, eu diria que não há o forro de pessoas com este nível de espírito. Espírito de chefia, de habitação, de responsabilização e naturalmente é esse o grande objetivo que nós temos aqui. Muito obrigado Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Alguém quer intervir no ponto? Ana Miguel, por favor.-----

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Muito obrigada Sr. Presidente. Gostaria antes de mais em nome do Partido Social Democrata cumprimentar esta proposta que de acordo com aquilo que pudemos ler do preâmbulo da proposta e daquela que são no fundo os princípios que estão na criação desta nova reestruturação ou desta reestruturação, desta nova estrutura aliás, eu gostaria de sinalizar estas três ideias de capacitação, responsabilização e motivação. Ou seja, pretendem, e aqui é um louvor que queremos fazer, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

menos no campo das intenções e, portanto, esperamos que isso seja no fundo verificado *in loco* e que realmente se motive também na perspetiva dos funcionários, portanto, também acreditamos que não só beneficiam as pessoas porque realmente as estruturas orgânicas devem-se adaptar também àqueles que são os desafios das novas matérias e das novas atribuições e das novas competências que as Câmaras têm também recebido e que a própria evolução e o dinamismo tecnológico, e isto sobretudo nas Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia de maior proximidade não deve prejudicar o contacto pessoal. Devemos defender a tecnologia mas devemos sempre, sempre pautar pela humanização da tecnologia e isso faz-se exatamente desta forma. Isto numa perspetiva de efetivamente de proximidade e naquela que é a melhoria e que pode resultar desta reestruturação para as pessoas e para os cidadãos. E gostaria também aqui de salientar e de voltar a focar, é muito importante, e fazemos aqui este apelo, bem sei que nem sempre é fácil mas apelar de forma sentida e relembrar aqueles que são os princípios essenciais que estão também vertidos naturalmente neste regulamento, que é a aproximação dos serviços aos cidadãos. Este é um princípio que não é novo neste regulamento e, portanto, faz parte da nossa constituição e, portanto, é muito importante que isto sirva também para chegar aos cidadãos, relembrar a necessidade de desburocratização, porque é para isso que nós trabalhamos, a racionalização de meios e de eficiência, a garantia de participação dos cidadãos e a melhoria qualificada e quantitativa dos serviços prestados. E sobretudo, eu gostaria também de salientar o impacto que isto pode ter também no dinamismo para os próprios funcionários da Câmara, porque também não podemos perder essa perspetiva, e que esta reestruturação sirva também para perceberem ou para retirarmos o melhor que cada funcionário tem das suas competências e de criarmos também essa capacitação, porque Sr. Presidente não me esqueço uma vez e, portanto, vamo-nos bater aqui paulatinamente por isso, que as pessoas não entrem na Câmara com um problema ou nas Câmaras ou em qualquer serviço público com problema e que saiam de lá com mais problemas porque a política serve isto mesmo, para resolver os problemas às pessoas e aos cidadãos e é para isso que devemos pautar e orientar a nossa atividade e, portanto, gostaria em nome da bancada saudar esta reestruturação e vê-la sempre com esta capacidade de nos adaptarmos às necessidades e à evolução dos tempos. Muito obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sra. Deputada. Mais alguma inscrição no ponto?-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com nove abstenções (cinco do PS e quatro do CDS), a proposta da Câmara Municipal da Nova Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Águeda.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **2.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal;-**

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, esta alteração advém exatamente daquilo que acabámos de fazer antes.-----

Adaptarmo-nos o mapa de pessoal da Câmara à nova estrutura orgânica. É o novo mapa do pessoal.--

Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Alguém quer intervir no ponto? Muito bem, passamos então à votação.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com nove abstenções (cinco do PS e quatro do CDS), a proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal.-----

----- **2.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Compensação Financeira às Associações/Juntas de Freguesia do Concelho, para Realização de Transportes no âmbito das Atividades da Autarquia;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, vou pedir ao Sr. Vice-Presidente que faça a introdução deste tema. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Sr. Vice-Presidente.-----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal, Edson Carlos Viegas dos Santos:** -----

----- “Boa noite a todos. A proposta penso que está bem clara, é simples. A resposta do mercado em relação às necessidades para fazer face principalmente à área do desporto, neste caso à área do desporto adaptado e naquilo que já tínhamos vindo a fazer ao longo destes tempos, sentimos dificuldade na resposta do mercado e relativamente aos preços que estavam aí a ser exagerados. Sentimos a necessidade também de falar com as nossas associações, com as nossas coletividades e principalmente com as Juntas de Freguesia no sentido de perceber se estavam capacitadas para fazer este trabalho, saber qual era o valor que podíamos acordar para que este trabalho fosse realizado e aquilo que trazemos aqui é exatamente a proposta no sentido de atribuir estes valores às associações, à AFA, ao Centro Social Paroquial Valongo do Vouga, aos Pioneiros e principalmente aqui à Junta de Freguesia de Macinhata de Vouga, no sentido de fazer e realizar estes trabalhos.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Concluiu Sr. Vice-Presidente? Muito obrigado. Alguém quer intervir no ponto? Passamos então à votação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de atribuição de compensação financeira às Associações/Juntas de Freguesia do Concelho, para realização de transportes no âmbito das atividades da autarquia. -----

---- **2.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda aos Contratos Interadministrativos para a Manutenção de Rede de Percursos Pedestres do Concelho;** -----

---- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

---- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

---- “Sr. Presidente, esta proposta é relativamente a uma adenda que estamos a efetuar aos contratos interadministrativos, que já temos com algumas Juntas de Freguesia, para a manutenção da rede de percursos pedestres do Concelho. Tem um reforço financeiro e naturalmente um aumento do período de vigência. Trata-se das Freguesias de Fermentelos, Préstimo e Macieira de Alcoba, Recardães e Espinhel, Travassô e Óis da Ribeira e Valongo do Vouga. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

---- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Alguma inscrição para o ponto? Passamos então à votação. -----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Adenda aos Contratos Interadministrativos para a manutenção de rede de percursos pedestres do Concelho.-----

---- **2.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 340/2021, celebrado com a Junta de Freguesia de Fermentelos para Implementação dos Projetos do Orçamento Participativo de Águeda;**-----

---- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente quer explicar o ponto?-----

---- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

---- “Sr. Presidente, também é uma proposta de uma segunda adenda ao contrato administrativo que foi formulado entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Fermentelos para um projeto de orçamento participativo que tinha a ver com a criação da estrutura de miradouro e o jardim das Fontainhas e também do arranjo do Jardim Miradouro das Fontainhas. Naturalmente que por dificuldades de disponibilização, segundo nos refere a Junta de Freguesia, de mão de obra, este trabalho não foi possível de concluir até ao final do ano. Sei que está em execução e numa fase já bastante adiantada mas temos que o prorrogar temporalmente e sucintamente, é exatamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fazermos essa reprogramação financeira e esse aumento do período de execução. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Senhores membros da Assembleia alguém quer intervir no ponto? Passamos então à votação.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 340/2021, celebrado com a Junta de Freguesia de Fermentelos para implementação dos projetos do Orçamento Participativo de Águeda.-----

----- **2.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Macinhata do Vouga;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente mais uma vez.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “São um conjunto de propostas de formulação de contratos interadministrativos de apoio, nomeadamente para um conjunto de trabalhos que já estão, eu diria, realizados e que têm a ver com um contrato que tínhamos formulado e que retirámos. Retirámos na última Assembleia do ano porque efetivamente e de acordo com o articulado já não era possível executá-lo nos exatos termos do contrato e depois também para uma proposta de financiamento para aquisição de uma carrinha. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Ora, sobre este ponto alguém quer intervir? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente, a Câmara Municipal, como nós tínhamos dito já em dezembro, teria que arranjar uma maneira de apoiar a Junta de Freguesia, neste caso de Macinhata. Só que mais uma vez não podemos pactuar com ilegalidades. Nós não podemos vir aqui pedir/aprovar (?) um apoio para obras já realizadas. Não pode. Porquê? Porque é um projeto, nós sabíamos e dissemo-lo que tem que arranjar-se uma maneira de apoiar porque essas obras já realizadas foram feitas pelas Autarquias cabimentadas, planeadas dentro do seu próprio orçamento e realizadas. Posteriormente vem a Autarquia, a Câmara, financiar a cem por cento essas obras. Mais! Sem faturas, com cálculos de papéis sem nenhum valor jurídico legal ou administrativo. Portanto, tem que se resolver esse apoio, Sr. Presidente, deve-o resolver posteriormente, noutra forma qualquer, agora não podemos, isso é uma forma de dizer! Não devemos! Poder pode-se fazer muita coisa. Não devemos estar sistematicamente a fazer os erros que já fizemos no passado. Vamos compondo, vamos mudando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um, vamos mudando o outro, vamos acertando, pronto, os procedimentos são assim! Não se faz tudo bem num dia só mas temos obrigação de não repetir erros. Se o senhor, eu não sou jurista, mas o senhor tem gabinete jurídico, se o senhor me garantir que isto é legal e que as consequências daí que advêm o senhor é que as assume, porque eu como membro da Assembleia sou responsabilizável por isso mas não nessa forma, se votar contra não serei, se o senhor me garantir e as consequências forem daí devidas eu não me importo de votar a favor porque também estarei protegido por essa declaração de princípios. Segunda situação. Quarenta mil euros para um autocarro. O Partido Socialista defendeu aqui, quando foi o apoio extraordinário, que deveria ser feita uma opção daquilo que se ia adquirir dos veículos que eram mesmo necessários, não só distribuir por todas as Freguesias, até nós dissemos que poderia ser umas este ano e se o autocarro custasse cem mil devíamos pagar o autocarro integralmente porque era cem mil, nem que houvesse outras que não recebessem nesse ano. O Partido Socialista defendeu isso. Vem aqui o senhor, de uma forma, eu ia dizer um termo mas também não me lembro, hábil. Pagaram integralmente o autocarro com os trinta e oito mil do ano passado mais quarenta mil de apoio a um autocarro. Isto é, o senhor pagou o autocarro inteiro. A Macinhata pagou o autocarro inteiro a Valongo e deve pagar todos por inteiro a todos os outros! Se não tiver dinheiro teremos que considerar, neste caso a saúde é boa, já aqui foi elogiada a saúde financeira da Autarquia, deve pagar! E quem comprou um trator deve ter o mesmo benefício que estas duas e quem comprou uma máquina, porque se foram efetivamente necessárias para o trabalho das Autarquias e se há possibilidades da Câmara pagar, paga. Agora, não vai pagar a uns e não pagar a outros. Não vai pagar. É uma forma de dizer: pode fazê-lo, mas não deve pagar a uns e não pagar a outros. Portanto, a nossa proposta aqui, se o senhor quer pagar o autocarro por inteiro e depois ainda mais pagarmos a sua utilização, isto é, a Câmara paga o autocarro, vai pagar a sua utilização e aquilo fica em poder da Autarquia, que é a Junta de Freguesia, a mim não mete preocupação nenhuma porque é uma Autarquia também. Não é um privado, é uma Autarquia, está num serviço público, vai fazer com aquele benefício, o dinheiro da Câmara ao fim ao cabo é transferido para uma Junta, o bem existe para servir as populações e eles vão fazê-lo. Portanto, a minha proposta aqui é que aprove esta parte dos quarenta mil, que aprove também a de Valongo e que aprove e faça um acordo com os outros Presidentes de Junta que pague integralmente os veículos - neste caso foi veículos, o apoio extraordinário foi no âmbito dos veículos - que pague integralmente com os acordos que tiverem que aqui vir, integralmente, se financeiramente assim o puder fazer, que os pague integralmente para não haver despesas excecionais nessas Freguesias e tiveram que se endividar porque têm que realmente comprar uma máquina que custa mais do que aquilo que a Junta lhe dava. Mas isto foi a proposta do PS, é a proposta que vem aqui ao fim ao cabo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em Valongo e Macinhata e que espero que francamente que o senhor, e está aberto a isso certamente, que discuta com os Presidentes de Junta, que veja essa aprovação. Em relação à primeira parte, se houver uma garantia do senhor porque eu não poderei votar. Agora, se o senhor garantir que não há consequências nenhuma de continuarmos a pagar obras já feitas, sem faturação, sem o microprojecto ou o protocolo assinado antes, isso é uma forma indireta de apoiar as Juntas que não deixam é mais! Há um benefício, a obra está feita, em benefício das populações. Agora, foi feita dentro de um orçamento da própria Junta que avançou com ela e a realizou! Não com orçamento que depois “Espere aí! Para o ano pagam-me o autocarro e pagam-me umas obras e não sei quê”. O Sr. Presidente da Junta de Macinhata não vai fugir com dinheiro! Há de aplicá-lo noutras coisas em benefício do povo. Agora, os procedimentos é que têm que ser alterados. Tem que havia aqui uma outra solução. Ora, se o senhor garante que isso é eu voto com essa garantia e com declaração de voto disso. Porque como sabe, com a alteração legislativa que houve nós somos responsabilizáveis, antes era só o senhor e o Executivo, agora os membros da Assembleia são responsabilizáveis por esses setores. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente.-----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga:**-----

----- “Muito boa noite mais uma vez. Já fiz os cumprimentos, considerem-se uma vez mais cumprimentados. Eu vou começar pelo fim, vou começar pelo autocarro. Foi uma questão de opção, Sr. Deputado José Vidal, nós deixámos de concorrer, eu precisava de comprar um destroçador e umas máquinas e deixei de concorrer ao destroçador e às máquinas porque fiz a opção pelo autocarro. Aí estamos conversados. Não fui a outro por uma questão de opção. Fiz a opção para o autocarro, podia ter feito outro tipo de opção. Em relação às obras que estão feitas, era aquilo que eu dizia no início da conversa que tive convosco acerca da saúde, o Presidente da Junta todos os dias olha nos olhos de quem os elegeu e eu consegui resolver o problema do chafarizes, dos caixotes do lixo no meio da estrada, consegui resolver esses problemas todos. Quanto à faturação fiz aquilo que é habitual fazer na Junta de Freguesia e mandei-vos as continhas todas! Mandeí-vos as continhas todas. Tudo certinho. E devo dizer-vos que a Câmara só me paga depois de ir ao local e de validar as contas todas. Só depois disso é que me paga. E, portanto, vai ter que validar. Não é um papel qualquer que apareceu. Quem fez o papel é um técnico credenciado e que fez todas as contas que os senhores viram e eu acho que estão bem feitas. Tenho dito.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da Junta. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Sr. Presidente de Junta, eu não ponho em causa o que é que o senhor escolheu, eu defendo que a Câmara pague tudo e se fosse a destroçadora pagaria a destroçadora tal como houve outras pessoas que não compraram autocarros, compraram tratores e carros até, veículos, pronto, não interessa. Desde que o Sr. Presidente da Câmara o possa acho que deve fazer e pagar integralmente a situação, que é o que vai acontecer neste caso, eu concordo com isso. Em relação à parte das obras, Sr. Presidente, eu não ponho em causa se estão bem feitas, mal feitas ou não estão feitas. Por exemplo, pergunto-lhe só, a Junta de Macinhata já autorizou os materiais a que têm direito dos armazéns da Câmara. Já utilizou as pedras, isto, aquilo, os materiais? Então mas agora utilizou os materiais e estamos a pagá-los outra vez? Porque é integral, porque vem lá as contas desses materiais? Isso é um caso. O problema não está no pagar, o problema não está porque de certeza que nenhum Presidente de Junta vai desviar dinheiro em prol, o problema está nos procedimentos não serem legais e de nós podermos ser responsabilizados. Não é por acaso que as TVI, SIC e jornais e tudo e agora os casos e casinhos acontecem! E acontecem numa coisinha pequenina destas como depois acontece em maior e quando chega ao BES já são milhões. Portanto, tem que haver outra forma de trabalhar. É só isso! Em relação aos veículos já defendíamos antes e continuamos a defender agora que deve ser feito desde que o Sr. Presidente da Câmara possa, não é? Efetivamente deve pagar tudo. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais ninguém? Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Bom, relativamente a este assunto, estou surpreso sinceramente, eu gostava, sinceramente gostava, que às vezes fizéssemos as perguntas despojados de comentários, sobretudo de algum tipo de palavras. Esta história do hábil e dessas coisas todas, parece que indicia qualquer tipo de juízo de valor que não tem qualquer tipo de cabimento nesta matéria, até por uma razão muito simples, eu não tenho dúvidas nenhuma que os princípios fundamentais da boa administração pública estão claramente garantidos. Nós naturalmente temos o princípio da boa administração, o princípio da justiça e da razoabilidade, o princípio da imparcialidade e o princípio também da boa fé e esse está bem presente. Sempre. Mas com todos! E o que aqui está a parecer, é uma coisa extraordinária e não é nada extraordinário. Aliás, eu choca-me muito sinceramente ver isto da boca de um cidadão que faz parte integrante desta Assembleia Municipal há inúmeros anos. Porque parece que andou distraído durante este tempo todo. E estamos a falar de há décadas para trás. Nós sempre pagámos, estão aqui uma série de Presidentes de Junta a quem eu não tenho problema nenhum de lhe dizer quantas vezes não foram contemplados trabalhos que já estavam iniciados e até terminados no ano anterior! Quantas vezes isto não foi acordado entre nós todos! Mas quantas vezes! Há uma coisa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que eu lhe digo, os papelinhos que ali estão não valem nada para mim. Aliás, é completamente despiciente estar ali. Por uma razão muito simples. O trabalho de verificação e todos os requisitos para que a Junta de Macinhata receba o dinheiro não vão ser minimamente aliviados. Essa demonstração no ato de pagamento é um critério da nossa responsabilidade, nossa Executivo, que eu assumo por inteiro. Não há aqui favor nenhum relativamente aos trabalhos realizados o ano passado e que vieram aqui, a pergunta que lhe faço é o seguinte: houve um erro dos nossos serviços, que os senhores detetaram e muito bem, o que é que iríamos fazer? Penalizávamos a Junta de Freguesia, não pagávamos os trabalhos do protocolo que estava acordado para ser feito o ano passado? É isto que os senhores pretendem? Invocando o quê? Algo que nunca se tinha feito? Estou-lhe a garantir que sempre se fez e estou-lhe a garantir que é perfeitamente legal, porque aqueles papelinhos efetivamente era completamente evitado de estarem ali. Olhe, eram para ajudar a esclarecer para que era mas afinal de contas só vieram atrapalhar, porque não valem rigorosamente nada. A seguir, relativamente à questão do autocarro, aquilo que está a acontecer com a Junta de Freguesia de Macinhata e de Valongo pode acontecer com todas. Pode! Nós fizemos aqui e aprovámos todos, tivemos aqui propostas de aumentar, diminuir mas foi aquilo que nós aprovámos. Critérios para atribuição, para aquisição de equipamentos. Estas duas Juntas de Freguesia, porque estamos a falar de equipamentos de montantes significativamente altos, estamos a falar de autocarros. Vêm-nos agora dizer o seguinte: a verba suplementar de um autocarro que nós não podemos adquirir o ano passado porque não havia sequer para entrega e que vão ser entregues este ano e agora temos que perceber todos o que é que acontece todos os anos, com todas as Juntas. Todos os anos todas as Juntas, a Câmara Municipal, e porque quer - não há nenhuma obrigação legal de o fazer - porque quer, atribui à Junta, a todas as Juntas, apoios para aquisição de obras, aquisição de equipamentos, aquisições de terrenos, o critério é do Sr. Presidente da Junta. O que eles aqui nos vêm dizer é o seguinte: da parte daquilo que me competiria este ano receber da Câmara, eu quero que mudem através da parte remanescente do autocarro. É uma opção deles! Apenas e só. Ficou aqui, acho que completamente esclarecido e lembro-lhe claramente o seguinte, a seriedade com que tratamos os assuntos todos, a imparcialidade, a boa fé. E já agora, a boa administração porque indiscutivelmente nós preocupamo-nos muito em usar os recursos do Município muito bem em prol dos cidadãos. Esteja tranquilo relativamente a isso. Já agora, toda esta proposta, indiscutivelmente como todas, são acompanhadas e já agora ficam a saber, mudaram algumas coisas aqui na Câmara de algum tempo para cá, são acompanhadas sistematicamente na elaboração e na validação pelos serviços jurídicos da Câmara. Tínhamos que o conseguir, portanto, estou completamente tranquilo e pode votar à vontade, estamos todos tranquilos porque a legalidade será mantida. E será mantida no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

momento, indiscutivelmente no momento também do pagamento. A transferência será precedida indiscutivelmente de todos os procedimentos que todos os Presidentes de Junta conhecem muito bem. Aliás, até os mais novos já conhecem muito bem. Não são minimamente aliviados aqui. Aqueles documentos que ali estão não vão substituir rigorosamente nada por uma razão muito simples, há uma verificação que tem que ser feita e os pedidos dos elementos são feitos por um técnico por uma razão muito simples, nunca na minha vida pedi a nenhum técnico para fazer de conta que tenha visto o que quer que seja. Nunca! E jamais o farei. Muito obrigado Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Estamos em condições de votar o ponto. Vamos colocá-lo à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com sete votos contra do PS, a proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Macinhata do Vouga.-----

----- **2.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Valongo do Vouga;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “É a celebração de um protocolo de colaboração com o Município e a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga para aquisição do tal autocarro de transporte escolar com o valor remanescente, opção do Sr. Presidente, a requalificação de lavadouros e do campo de jogos de Sousa Batista da Boiça num valor de apoio de sete mil euros e mais onze mil euros para aquisição de equipamentos de interação instrutiva e criação de novas estruturas internas na Casa do Rios, no Parque da Boiça, no valor de onze mil euros. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguém quer intervir no ponto? Sr. Deputado José Vidal.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Eu aproveito ser aqui um apoio e solicitava ao Sr. Presidente, os Vereadores do PS já pediram que fosse entregue o quadro de transferências de dois mil e vinte e dois. Portanto, todas as transferências para as Freguesias e o quadro discriminado de dois mil e vinte e dois, um quadro que o senhor já usou, já disse que tinha feito e, portanto, eles já pediram há algum tempo e não obtiveram, eu solicito-lhe que quando puder que nos entregue o quadro de transferências dois mil e vinte e dois.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção no ponto? Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Presidente, necessita proceder a alguma resposta? Então vamos colocar à votação, ponto dois ponto dez.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Águeda e a Freguesia de Valongo do Vouga.-----

---- **2.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 379/22, celebrado com a União de Freguesias de Águeda e Borralha;**-----

---- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

---- “Sr. Presidente, trata-se também de um contrato interadministrativo para a construção de um passeio na Rua Central da Maçoida e na Rua Alteiralto, na Borralha. Eu queria aqui dar uma nota porque há uma série de Freguesias que aqui estão que estão longe de cumprir todas as transferências que a Câmara há de vir a fazer e a aprovar aqui nesta Assembleia. Naturalmente por impossibilidades várias os senhores Presidentes ainda não tinham os valores totais dessas obras e que estarão para vir em Assembleias futuras, estão longe disso, muito sinceramente por mim viriam todos aqui já, mas não foi possível fazer. Muito obrigado.”-----

---- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção no ponto? Dois ponto onze, vamos então passar à votação. -----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 379/22, celebrado com a União de Freguesias de Águeda e Borralha.-----

---- **2.12 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo;** -----

---- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** “Muito obrigado.” -----

---- **Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção no ponto? Vamos votar então.---

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **2.13 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 368/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, são duas adendas aos contratos interadministrativos trezentos e sessenta e oito vinte e dois e trezentos e sessenta e nove vinte e dois. Nomeadamente para a construção de passeios, valetas, estacionamento na Travessa da Rompidas, referente a um contrato e a outro protocolo, a requalificação do espaço situado no cruzamento da rua principal com a rua do Lugar na Piedade e ainda a requalificação de espaço situado no entroncamento da Rua do Meio com a Rua das Cavadas, em Casal de Álvaro. Estas obras que a Junta de Freguesia não foi possível fazê-las no ano anterior exatamente pelos mesmos motivos, julgo eu, e, aliás, julgo não, sei, foi o que me foi dito, de não haver disponibilidade, não encontrar quem faça disponível. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Ora, ponto dois ponto treze, se alguém quer intervir no ponto. Vamos levá-lo à votação.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 368/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel.-----

----- **2.14 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 369/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** O Sr. Presidente já introduziu o ponto. Srs. Deputados, alguém quer intervir? Não? Vamos levá-la à votação então.-----

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 369/22, celebrado com a União de Freguesias de Recardães e Espinhel.-----

----- **2.15 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer apresentar?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente trata-se de um contrato interadministrativo entre o Município de Águeda e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira para o alargamento da rua Dinis Pires em Cabanões, a primeira fase, num valor de quinze mil euros. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado. Srs. Deputados, alguma intervenção? Vamos à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira.-----

----- **2.16 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Será uma outra proposta, é isto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Exatamente Sr. Presidente. Trata-se também de um contrato de apoio com a Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira, e a diferença, por isso é que são separadas, uma é um contrato administrativo de delegação de competências, a outra é um protocolo de apoio. Tudo isto faz diferença, exatamente, uma é a delegação de uma competência que é construir um passeio, a outra coisa é apoiar a aquisição neste caso de mobiliário e equipamento para o edifício da Junta de Freguesia e da Unidade de Saúde de Travassô. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Muito bem. Srs. Deputados, alguma intervenção? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente, estamos aqui, portanto, mais uma vez numa situação que não foi feito nem solicitação do apoio em devido tempo, portanto, o material já está colocado, há um orçamento mas é de janeiro, portanto, aqui a questão é temporal e o material está colocado já lá e iremos fazê-lo. Esta obra é da responsabilidade da Junta de Freguesia - a execução - e a responsabilidade financeira é total da Câmara. Se nós percebemos. Eu já não tenho aqui presente, o que eu sei é que eu vou pedir depois que confirme ou não que nós aprovámos aqui um orçamento a rondar os trezentos e sessenta mil euros para a execução daquelas obras e ouvi falar que o Sr. Presidente tinha falado que estava acima dos quinhentos mil euros, portanto, temos aqui um desvio bastante acentuado entre o projeto e a parte final da obra. Além de que recebemos informações que vinham adstritas, que ainda estão, portanto, no encerramento da obra, as obras a mais, obras a menos, portanto, que poderá ser efetivamente mais. A minha questão aqui é esta Sr. Presidente: que nos dê depois conhecimento, quando for encerrado o processo todo, das contas em que saiu a Junta de Freguesia e o Centro de Saúde. Portanto, quanto é que foi transferido e as contas finais, visto que há um desvio acentuado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

facilmente explicável, portanto, só que nos dê depois a parte final das contas. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Eu gostava de esclarecer, se puder.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sim, eu ia-lhe dar a palavra, mas também presumo que não exista mais nenhuma. Sr. Presidente, faz favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Efetivamente esta obra tem um contrato inicial e depois tem uma outra empreitada que é uma empreitada de arranjos, dos arranjos exteriores que é uma empreitada que correu diferentemente, não tem nada a ver. E, atenção, não aprovámos nada porque não tem rigorosamente, e há aqui uma coisa que todos podemos perceber completamente. Primeira questão: as obras do edifício decorreram num edifício que é propriedade da Junta de Freguesia e, portanto, a Câmara não tinha legitimidade sequer para assumir um contrato de obras numa coisa que não é nossa, a não ser que fizéssemos um contrato de comodato com a Junta de Freguesia mas depois não sei se era para os lá manter dentro, portanto, isso aí é que era assim uma coisa meio estranha. Portanto, não o fizemos e à vista de toda a gente, de uma forma clara, apoiámos essas obras. Do lado de fora, na rua, o arranjo exterior é rua que é propriedade do Município. Poderíamos ter feito por delegação de competências, um contrato interadministrativo de competência, mas não. Aí pusemos uma empreitada por conta do Município. Esse valor dessa empreitada também se somou ao valor daquilo. Mas, atenção, há outra coisa, nos tempos que correm, eu não sei se as pessoas todas têm noção, mas há uma coisa que se chama revisão de preços e eu digo-vos que é uma coisa completamente doida! E a revisão de preços é uma coisa que não tem nada a ver com a revisão de preços das empreitadas, é uma coisa que decorre da lei e que é: um contrato formulado lá atrás e que custava X agora tem, de acordo com a alteração dos preços e de acordo com os índices publicados que são publicados pelo Governo, naturalmente e publicados nos Diários, se não é no Diário da República é num órgão oficial para o efeito, que funciona de acordo e que, portanto, são as próprias equipas de fiscalização e o próprio empreiteiro que têm que fazer as contas para chegarem a esses índices de revisão de preços. As revisões de preços, em todas as obras que nós trazemos, são absolutamente significativas. Eu diria que é notável aquilo que nós vamos conseguindo fazer porque, efetivamente, em todas as obras que temos há essa revisão de preços que apresentam valores exorbitantes. Mas, atenção, é o mundo que temos, todos nós sentimos o que é que são os aumentos de preços. E, portanto, isto é legal, não se trata rigorosamente de nenhum desvio ou coisas no género, são coisas que fazem parte. E é por aqui. E, portanto, muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Uma nota, só uma nota. Foi assumido desde o início,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sobretudo na época da construção, sobretudo, da Unidade de Saúde que uma vez que a Unidade de Saúde iria funcionar no edifício sede da Junta de Freguesia, o mecanismo que nós iríamos utilizar era este dos contratos interadministrativos, mas íamos assumindo aquilo como uma obra efetivamente feita na Freguesia e absolutamente extraordinária e, portanto, isto desde o princípio foi assumido que seria assim. A forma de a concretizarmos desta maneira tem que ver apenas e só com essa questão da propriedade do imóvel que é assim, mais nada. Portanto, a Câmara desde o início que assumiu o quê? Vai pagar a obra, certo? E, portanto, Travassô, não vamos fazer contas entre as Freguesias porque nós fizemos, por exemplo, sei lá, o Largo da Senhora da Saúde em Fermentelos, olha, em Travassô, fizemos a Unidade de Saúde em Aguada de Cima, olha, fizemos acolá...a maneira é que foi diversa mas, no fundo, o pagamento fizemos da mesma maneira. Isto é só para tornarmos absolutamente claro e para percebermos todos que andamos aqui de uma forma absolutamente clara e sem essas questões. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Mais alguma intervenção no ponto? Ora, passamos então à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo de colaboração com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira.-----

----- **2.17 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, dois ponto dezassete. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Exatamente. Trata-se de um protocolo de colaboração – cá está – entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira de Vouga e Agadão para a requalificação do edifício da Junta de Agadão – quarenta mil euros – requalificação do edifício da Junta de Freguesia de Belazaima do Chão – doze mil e quinhentos – e quinze mil para o da Junta de Freguesia de Castanheira do Vouga. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção no ponto? Passemos então à votação.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de contrato interadministrativo com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão.-----

----- **2.18 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Então, trata-se da requalificação do edifício da Junta de Freguesia do Préstimo em Á-dos-Ferreiros, peço desculpa, é a requalificação do edifício da Junta de Freguesia do Préstimo mas em Á-dos-Ferreiros e o valor do apoio solicitado pela União de Freguesias é de sessenta mil euros. Muito obrigado, Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Alguma intervenção no ponto? Passemos então à votação.-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba.-----

----- **2.19 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias do Trofa, Segadães e Lamas do Vouga;** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Exatamente, contrato interadministrativo de delegação de competências: alargamento da estrada e construção de muros na Rua da padaria, em Segadães; demolição de muro e criação de novos lugares de estacionamento na Travessa da Candeeiras e construção de lugares de estacionamento passeios e melhoramento das acessibilidades na Rua Treze de Agosto, na Avenida José Bernardino Duarte e ainda na Rua da Liberdade, penso que é na Mourisca. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção no ponto? Passemos então à votação. -----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias do Trofa, Segadães e Lamas do Vouga.-----

----- **2.20 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolos para a Atribuição de Apoios a Freguesias/União de Freguesias para a Aquisição de Máquinas, Viaturas e Equipamentos;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----“Sr. Presidente, trata-se neste caso, portanto, de protocolos de atribuição de apoios para aquisição de máquinas e equipamentos exatamente nos critérios estabelecidos o ano passado e às Juntas de Freguesia que não conseguiram concretizar esses investimentos no ano passado e, portanto, trata-se de revalidarmos para o ano de dois mil e vinte e três. Estão aqui presentes de acordo com os tais critérios a comparticipação para os autocarros de Macinhata e de Valongo, para a Trofa, Segadães e Lamas do Vouga e ainda para Aguada de Cima, naturalmente com equipamentos diferentes. Os dois autocarros é só para Macinhata e para Valongo. Muito obrigado, Sr. Presidente.”--

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Alguém quer intervir no ponto? Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor.-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

----- “Boa noite a todos. Considerem-se cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente, esta é uma comunicação dirigida ao Sr. Presidente. Eu pedi-lhe os comprovativos da aquisição das máquinas das Juntas de Freguesia que já o fizeram. Pedi-lhe por e-mail que mos enviasse e ainda não mos enviou, até hoje. Já lhe pedi há uma série de tempo e eu queria que o senhor, quando pudesse, não sei se alguém do meu Grupo Parlamentar já falou sobre isso, mas é especificamente esses comprovativos da despesa, está bem? Das Juntas de Freguesia, como é óbvio, que já o fizeram que, pelos vistos, há algumas que não conseguiram fazer os investimentos, estão a fazê-los agora e mais tarde também irei solicitá-los. Era só.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Comprovativos, ouçam, nada de conversas laterais, por favor. Eu já tomei nota. Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado. Mais alguma inscrição neste ponto, o ponto dois ponto vinte? Passemos então à votação. -----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolos para a atribuição de apoios a Freguesias/União de Freguesias para a aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos.-----

----- **2.21 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**--

----- **Presidente da Assembleia:** Portanto, a apreciação foi escrita, está junto com a documentação da Assembleia. Alguém pretende intervir? Sr. Deputado José Vidal, por favor?-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia. Em relação às informações elas são bastante completas, foi uma boa mudança que se verificou de há uns anos para cá e que tem os seus resultados. O primeiro ponto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que eu falo, Sr. Presidente, é o que é que se passa com o Plano de Desenvolvimento Estratégico e Económico que terminava a trinta e um de dezembro, estamos em fevereiro, não temos conhecimento, não foi analisado, em que situação é que está? A segunda questão é em relação aos orçamentos participativos. Em dois mil e vinte não houve, vinte e um houve, vinte e dois não houve, nada foi executado nem nas verbas que tínhamos orçamentos, estamos a zero. Em dois mil e vinte e três o que é que se passa? E em relação ao quadro das obras a executar, que estão a ser realizadas e algumas que se vão executar, eu só gostaria que fosse completado nas próximas informações, porque é a única maneira de nós termos algum acesso, que naqueles quadros fosse colocado a data de adjudicação, a data de início de obra, portanto, e os prazos de execução. Portanto, está lá as obras, está a decorrer e tem lá trezentos e sessenta mil euros, não está, não soubemos quando foi adjudicada, quando se iniciou e qual é o prazo de execução. Portanto, é só completar com mais três colunas que lá estão, é só completar à frente com três colunas com essas informações. Obrigado.”----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma inscrição? Sr. Deputado António Mascarenhas, por favor?-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:**-----

----- “Boa noite. Em primeiro lugar queria dar os parabéns pela construção da estrada em Fermentelos, uma obra que foi e que está a ser realizada. Mas também queria deixar aqui uma alerta e isto tem a ver também com o que falei anteriormente no planeamento e ordenamento do território para que não venha a acontecer o mesmo que aconteceu agora na Estrada da Corga, sei que não é da responsabilidade do Município porque tive oportunidade de ler isso, mas aconteceu em Fermentelos, na mesma localidade, a Rua do Lugar depois de ser alcatroada, uma semana depois estava esburacada e, como nós vimos, um Parque do Casarão que está esburacado. Isto tem a ver com planeamento e ordenamento do território. Portanto, a estrada investiu-se, gastou-se dinheiro público e depois vêm os privados rebentar com a estrada e o Município não faz nada. E é este alerta que eu quero deixar porque acho que é muito importante, porque estamos a falar de dinheiro que é deitado à rua. Fazem-se as estradas a muito custo, houve ali muito trabalho e a seguir vem alguém e vem esburacar. Acho que o Município devia mover ações contra estas pessoas! Esburacou, tem que remendar. Nos Estados Unidos quem quer fazer uma obra tem que fazer um quilómetro para um lado e um quilómetro para o outro, tem que remendar a estrada. Não poderemos ter estradas continuamente esburacadas. Em relação às lombas, e tivemos aqui uma proposta de uma Freguesia que pediu lombas, eu gostaria que também se colocassem as lombas ali junto à escola Adolfo Portela que há dois anos que ando a falar nisto. Já acabou a chuva e continuamos a não ter lombas e continuamos a ter crianças em risco de ser atropeladas todos os dias. Em relação à solução, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

falámos há pouco sobre o estacionamento e o andar a pé, é evidente que em Aveiro estamos a falar de uma estrada plana, não tem o relevo que tem Águeda e, portanto, para algumas pessoas caminharem é difícil. É evidente que Águeda também é uma cidade que tem este grave problema que é de espaço – não tem espaço! E o espaço que existe é inundável. E a minha solução é porque não como fazem os Estados Unidos e outras cidades europeias, que é construir edifícios de estacionamento. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguém quer intervir? Sr. Presidente, eu não sei se pretende prestar algum esclarecimento?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sim, Sr. Presidente. Relativamente ao plano de desenvolvimento estratégico ele teve uma suspensão, uma suspensão de relativamente pouco tempo e já está, de novo, em vigência e rapidamente vai ser apresentado e, portanto, eu diria que está a correr dentro da normalidade mas houve no final do ano, porquê? Porque era preciso alguma interação da Câmara na apreciação dos documentos preliminares e nós não tínhamos disponibilidade e, portanto, avançámos para essa suspensão. Relativamente à questão e à sugestão das obras, naturalmente que sim, mas é preciso todos nós estarmos perfeitamente atentos para percebermos que os prazos numa obra e, sobretudo, obras que funcionam eu diria que num ambiente externo e até nem só, eu estou-me a lembrar do caso do hospital que, como sabem, é da responsabilidade a gestão da obra e, portanto, o dono da obra é o Centro Hospitalar, se nós contássemos o prazo inicial já teria decorrido. Eu queria-vos dizer que hoje mesmo e até era uma informação que vos queria dar, que queria dar aos membros desta Assembleia, estive a falar com a Dra. Margarida França, aponta o empreiteiro para o término das obras para o final do mês de março. Com algumas reservas sempre porque pode derrapar aqui um dia ou outro, ou uma semana ou outra. Depois naturalmente que há o processo ainda de colocar o equipamento, também me disse a Sra. Presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar que já estão nesse processo de aquisição de equipamento e, portanto, vamos à luta. E aquilo que eu queria dizer é que, efetivamente, os prazos muitas vezes não são contados assim, porquê? Porque há suspensões parciais, o mau tempo obriga-nos a fazer suspensões e obriga-nos legalmente a fazer suspensões e, atenção, estas coisas acontecem. E depois uma das coisas que tem acontecido com todas as obras praticamente e com todos os empreiteiros e em todo o lado, é indiscutivelmente dificuldades relacionadas com mão de obra, com entrada em obra de subempreiteiros, com a entrada em obra, com o fornecimento de equipamentos e materiais que isto não era assim – isto não era assim! – e agora é uma realidade nova e é uma realidade nova que todos nós até sentimos nas pequenas obras que queremos fazer nas nossas casas, mas que efetivamente é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma dificuldade grande. E há um volume de obras muito grande e perspectiva-se ainda mais com estas obras, com estes PRR e com estas “coisadas” todas perspectiva-se cada vez mais e, portanto, eu diria que vamos continuar a ter algum tipo de dificuldades nestas questões dos cumprimentos de prazos. E pronto!-----

----- Relativamente à questão dos buracos nas estradas após o pavimento, estavas a falar daquele buraco, o famigerado buraco na Corga. Olha, foi aqui o Sr. Vice-Presidente que me ligou um dia de manhã a dizer: “ O que é isto? Estão aqui a abrir um buraco!” e eu quase que me apeteceu saltar da cadeira e ir lá ver quem é que estava a abrir o buraco e “mandar-lhe não sei o quê”, mas afinal de contas há uma coisa que nós todos temos que perceber neste caso concreto: o dono da estrada é o IP, o IP autorizou, mais, fez um contrato de reposição para que aquilo seja tudo devidamente e há uma coisa que nós não conseguimos prever, não vale a pena: aquelas instalações tinham água mas agora, fruto das alterações, precisam de maior caudal! E maior caudal foi preciso vi-las cá buscar. Eu posso-vos dizer que quando tratei com o IP para fazerem a pavimentação daquela estrada dei conhecimento, até a via foi o arquiteto dessa obra que eu encontrei e disse: “ Olha, nós estamos para fazer a pavimentação, portanto, o IP está para fazer a pavimentação desta obra, temos tudo preparado, vê lá o que é que falta fazer” e a meu pedido esperámos ali umas semanas para que pudessem concluir pelo menos o lancil para aquilo ficar bem. A sério que aquilo foi quase como uma punhalada! Mas agora pergunto eu, não havia mesmo hipótese nenhuma de negarmos por uma razão muito simples, eles precisavam de um caudal maior, de um diâmetro maior e como tal tiveram que abrir aquele rasgo para vir buscar a água a este lado. E eu queria agora aqui refletir convosco porque digo-vos uma coisa, nós não conseguimos mesmo e não vale a pena dizerem que é preciso fazer não sei o quê, nós quando estamos para lançar um procedimento, a primeira coisa e atenção, acreditem que o mais mau da fita como nunca houve sou eu, porque tenho uma dificuldade tremenda porque me aparecem coisas absolutamente incríveis... Ainda agora me apareceu uma casa que existe há décadas, que foi vendida e um emigrante – curiosamente é um emigrante – fez obras de alteração e vem agora ao fim de uns anos, depois de terem passado lá águas e saneamentos e essas coisas todas e os proprietários nunca quiseram e vêm agora ligar. E sabem uma coisa? E vai ter que ligar! Não é ali, é noutro sítio, certo? Há aquela questão que nós temos uma rua pavimentada. Três, quatro, cinco meses depois alguém pensou abrir lá um restaurante e precisa de gás. Mas antes de nós fazermos a pavimentação vamos à Lusitânia, até aqui era a Lusitânia Gás agora é a Florame e dizemos: “Meus amigos, temos aqui, e vocês estão interessados em fazer esta obra antes de nós pavimentarmos.” Invariavelmente mostro-vos aí centenas de informações a dizer assim: “Neste momento não temos interesse comercial.”, certo? Não têm acabou. Mas depois um dia aparece lá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um individuo que tem um restaurante, que está a abrir um restaurante naquele sítio – isto é um mero exemplo, que acontece! – e depois diz assim: “Mas eu se não tiver gás, eu não consigo.” E depois é isso. Atenção, as questões, quando há uma rutura, isso aí acontece e sabem uma coisa? Uma rutura pode acontecer às vezes em obras completamente novas e em ligações acabadas de fazer, e só quem não ande aí nisto é que não sabe o que isto é. E sabem uma coisa? E às vezes acontece mesmo. Na Estrada do Casarão há lá um quadradinho que foi uma ligação nova, e como é que é possível? E agora pergunto: vamos matar o operário que fez a ligação? Vamos atrás dele? Deixamos aquilo a verter? Não! Temos que abrir o buraco. E sabem uma coisa? Lá ficou o raio do remendo. Não gosto nada de ver o raio do remendo. Agora não me ponham é nisso, porque às vezes passamos e eu até vejo pelos comentários que parece que é o Executivo, o Presidente da Câmara à cabeça que é um “nabo do caraças” - E sabem uma coisa? Pavimentou aquilo e houve uma rutura a seguir! “Filho da mãe! Olha que é preciso ser idiota. Já repararam?” E é este, aliás, eu vejo um conjunto de comentários, muitas vezes comentários nas redes sociais que são exatamente neste sentido. “Olha-me o idiota!” Não digam nada disso porque quem quer que aqui esteja isto vai continuar a acontecer. E muita saúde porque estas coisas acontecem, efetivamente. Agora, procuramos de forma sistemática tentar evitar, mas é incrível a forma como estas coisas acontecem. É o inimaginável que muitas vezes acontece. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas zero horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e três, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: